

## O POSITIVISMO: CARACTERES E INFLUÊNCIA NO BRASIL

Antonio Carlos Bergo

### 1. INTRODUÇÃO

Qual a importância de se voltar as vistas sobre o positivismo, ao se tratar da educação brasileira? Que é isto, o positivismo? Como se articula no contexto econômico, social, político e cultural brasileiro? Permanece a sua influência até os dias de hoje?

A partir dessas perguntas iniciais, colocam-se outras: De onde se originou tal corrente filosófica? Qual o contexto que possibilitou o seu direito à existência? Como se articula dentro do problema das classes sociais? Em que a sua divisão entre o poder espiritual e o poder temporal implica a dicotomia teoria e prática? Qual a posição do positivismo dentro do contexto geral do mundo e do país?

Qual o seu significado em relação à Humanidade? Quais os conceitos que mais o definem? Quais os seus princípios éticos? Seus princípios político-pedagógicos? Qual sua filosofia da educação?

No Brasil, qual a sua origem e a necessidade de implantação? Qual sua tipologia? E como se manifesta seu caráter atual? Que influência exerceu e exerce na definição dos objetivos nacionais? Qual a semelhança de seus pressupostos com os da sociedade em modernização?

Em relação à "práxis" educacional brasileira, que ressonâncias exerce? Particularmente, como aparece nas leis, decretos-leis, resoluções e pareceres? Qual sua correlação com o ensino de moral e civismo? Em que pesa sua influência para a continuidade do subdesenvolvimento e da dependência?

A tais perguntas o presente estudo tenta responder, no sentido de contribuir para esclarecer uma parcela dentro do contexto global. O pressuposto é que a prática suscita a teoria, e, em seguida, esta adquire um lugar, no sistema brasileiro, que vai definir novos modos de permanência do "statu quo". Insiste-se que é o "statu quo" o gerador das ideologias. Estas surgem no sentido de reproduzi-lo.

A influência do positivismo é universal. Seu centro principal de irradiação foi a França, mas na América Latina e, particularmente no Brasil, esteve presente através de militares, políticos e intelectuais. Aliás, aqui ele entrou mesclado ao evolucionismo, principalmente o de Spencer.

Como exemplo, o mais evidente é o lema "ordem e progresso", que vai nortear os inícios da República Velha. Assemelha-se atualmente ao

lema “segurança e desenvolvimento”. A ciência, preocupação fundamental do positivismo, é também a preocupação de todos os povos. Basta consultar os planos quinquenais e outros, elaborados pelas mais diversificadas nações.

A influência do positivismo no Brasil vem de Augusto Comte, principalmente nos fins do século XIX. Depois, outros autores passaram a influir, destacando-se Durkheim. Por este são influenciados Paulo Egídio de Oliveira Carvalho, Reynaldo Porchat e Fernando de Azevedo. Para conferir tal assertiva, pode-se ir a João Cruz Costa, Evaristo de Moraes Filho, João Camilo de Oliveira Torres, Tocary Assis Bastos, Ivan Lins etc.

Se nos incícios, a influência positivista era física, nos dias atuais ela se manifesta através do seu espírito. Quando se analisa uma obra como a de Robert McNamara, **A essência da segurança**, pode-se notar a pertinência dessa afirmativa. Daí o poder do positivismo, porque ele soube captar os desejos da civilização, e agora, mesmo esquecido, permanece. Assim, obtém maior força.

O discurso positivista é, na sua estrutura, autoritário. Isso não significa que não esteja presente no discurso liberal, pois liberalismo não significa liberdade para todos. Fala-se muito hoje em democracia “governável”, “relativa”. Que isto quer dizer senão o autoritarismo com cores liberais?

Então, como dominar as classes subalternas? Nada melhor que o progresso científico e técnico, assumindo os lugares da religião numa era pré-científica. Quer-se a racionalidade e a eficiência. Mas quem as comanda? Tal questão põe o problema nuclear de nossa civilização, da diferença entre as elites e as classes subalternas, dos privilégios e das privações, das suas melhores chances e da falta de mercado de trabalho. Assim, há sempre alguém fazendo as vezes do povo e nem sempre atendendo aos interesses populares. As premissas comtianas endossam tal realidade.

O caso brasileiro mostra a fundação das escolas de Direito, das escolas militares e das escolas técnicas nos fins do século XIX. São elas criação da burguesia para formar burocratas de seus interesses e consolidar o sistema usado, o capitalismo. É o modo de produção gerador de um trabalho especializado, reproduzido de si mesmo. Ao mesmo tempo, os incícios da República implantam a ditadura republicana, operada por Benjamin Constant, nos moldes do fundador do positivismo, Augusto Comte. É a ordem material organizando-se para se manter. O autoritarismo encontra tais facilidades, entre outros motivos, pela falta de uma educação popular que se pautar por maior participação do povo quanto aos bens econômicos, às atividades políticas, à participação social e cultural.

Na área cultural observam-se semelhanças com o pragmatismo, na ânsia de se considerar o observável e útil como fundamental ao conhecimento. Com a fenomenologia, entre várias perspectivas, no voltar-se às

coisas como são elas mesmas. Com o behaviorismo a experiência do homem como reflexo do real. Na educação há indicações de sua influência no conceito de educação permanente.

No discurso da segurança ocidental vemos idéias a respeito de progresso, ciência e indústria como condição de sobrevivência ante ideologias estranhas, com o objetivo de manter a "paz" e a "cooperação".

## 2 – O POSITIVISMO

### 2.1 – Origem

O positivismo aparece estruturado no século XIX, na época em que a burguesia, em plena vitória na revolução francesa, precisava do princípio autoritário para se sobrepôr às outras camadas sociais que a ajudaram a fazer a revolução. O liberalismo por si só não lhe assegurava o predomínio. Assim, a infra-estrutura necessita de superestrutura ideológica mais adequada à perpetuação do "statu quo", à regulamentação da vida social para garantir o progresso, e, ao mesmo tempo, a divisão da sociedade em classes sociais, com a concentração do capital na mão dos industriais e com a correspondente subordinação dos trabalhadores.

Como contribuição para o aparecimento do positivismo destaca-se também a luta entre o poder espiritual e o poder temporal. Aparece a vantagem deste último com Lutero ao propor o exame pessoal em lugar da autoridade teológica. Daí brotaria o protestantismo. Outra vitória está na influência dos artífices, artistas e cientistas através do impulso ao progresso das ciências de observação, das artes e ofícios, da imprensa e da ciência astronômica. Posteriormente, Newton e Franklin, um descobrindo a lei física geral, o outro descobrindo o meio de submeter o fenômeno meteorológico ao homem, além de outras descobertas.

A Revolução Francesa viria dar o golpe nos privilégios, instituindo a liberdade ilimitada de consciência, que em vez de seguir o sobrenatural, passaria a seguir a observação como critério da moral. Tal realidade já estava em embrião no século XI, na nascente indústria, na emancipação das comunas quanto ao poder temporal e na nascente ciência introduzida na Europa pelos árabes.

Não significa, porém, que o positivismo aboliria o poder espiritual. Pelo contrário, traria um novo poder espiritual para guiar o poder temporal, só que baseado na observação e, como tal, livre de possíveis contestações populares. Contém o princípio de manter a classificação social, sendo esta a sua maior eficácia, incorporando o proletariado na sociedade moderna.

Como afirma Nicola Abbagnano, "o positivismo acompanha e promove o nascimento e a afirmação da organização técnico-industrial da

sociedade, fundada e condicionada pela ciência"<sup>2</sup>, no ideal de contínuo progresso da Humanidade. "O homem, nesta época, julgou ter encontrado na ciência a garantia infalível de seu próprio destino. Por isso, rejeitou considerando-a inútil e supersticiosa, toda a garantia sobrenatural e pôs o infinito na ciência, encerrando nas formas desta a moral, a religião, a política, a totalidade da sua existência"<sup>3</sup>.

Na própria concepção do fundador do positivismo, Augusto Comte, a sua origem obedece aos estágios pelos quais a Humanidade passou. Comte lhes dá o estatuto de lei. Aos dois primeiros, os estados teológico e metafísico, caberia uma interpretação preconceituosa do mundo, já que se vê o real através de divindades e de afirmações abstratas, absolutizando o mundo. É por isso que o terceiro estado, o positivo, se destaca sobre os anteriores relativiza o real aos aspectos da observação. Eis o dogma fundamental: a única coisa absoluta é o relativo.

O estado teológico, também chamado fictício, legitima o poder real pelo direito divino, ou seja, a sociedade é dirigida imediatamente pelo sobrenatural, obedecendo a fases evolutivas como o fetichismo, o politeísmo e o monoteísmo<sup>4</sup>. Não há campo de investigação, pois o Ser é algo inacessível a ela, é o transcendente, aquilo que ultrapassa a razão.

O estado metafísico, também chamado abstrato, substitui os deuses por entidades metafísicas, faculdades etc. O Absoluto permanece como o que explica o desenvolvimento humano. A razão passa a ter um valor decifrativo do absoluto, passando, pois, a maior grau de importância. Se bem que o problema ainda é com a essência dos seres, origem e destino de todas as coisas, como se produzem os fenômenos pela essência. Impossível, pois, de ser aceito no mundo científico. Sua perspectiva crítica é inconseqüente, e por isso, é um equívoco generalizante, contraditório. Cabe-lhe, portanto, o privilégio de ter destruído o sistema teológico, graças à sua negatividade. Reconhecendo-se o seu valor nesse aspecto, é superado pelo estado positivo que define o estatuto próprio do positivismo.

## 2.2 – O que é o positivismo

Segundo o seu fundador, Augusto Comte, o positivismo não é uma corrente de pensamento entre outras, mas a que estrutura os novos tempos da Humanidade, ou seja, é o estágio autêntico a que ela chegou graças à supremacia da observação sobre os fatos. É porque o estágio positivo é reflexo do real. Por quatro caracteres isto se confirma:

1º) Lei da subordinação constante da imaginação à observação: nessa lei está a natureza epistemológica do positivo, ou seja, a verdadeira observação surge como a "única base possível dos conhecimentos realmente acessíveis, criteriosamente adaptados às nossas necessidades efetivas"<sup>5</sup>.

2<sup>o</sup>) Natureza relativa do espírito positivo: não se trata agora de buscar a origem ou o destino final dos fenômenos, mas permanecer numa mourejante atividade carregada da materialidade do mundo através da observação sistemática dos fatos existentes. Há uma relatividade no que refere à organização e à situação da Humanidade<sup>6</sup>.

Estas afirmações mostradas pelas doutrinas científicas não são absolutas nem arbitrárias, mas acarretam dogmatismo ou ceticismo<sup>7</sup>.

3<sup>o</sup>) Destino das leis positivas: precisão racional. São considerados dois aleijões para o espírito positivo: o empirismo porque se constitui num amontoado de fatos e o misticismo por causa de sua interpretação sobrenatural dos fatos. Se há um dogma, não é o teológico, mas o da invariabilidade das leis naturais deduzidas da observação<sup>8</sup>.

4<sup>o</sup>) Extensão universal do dogma fundamental da invariabilidade das leis naturais: nunca houve rigor na universalidade do estado teológico, ao passo que, pela observação científica, prova-se algo tanto aqui como no outro lado da face da terra<sup>9</sup>.

Em síntese, já não importa mais o absoluto, mas o relativo; não o egoísmo, mas o altruísmo; não a evolução espontânea, mas a marcha sistemática. "Em uma palavra, a Humanidade substitui-se definitivamente a Deus, sem esquecer jamais seus serviços provisórios"<sup>10</sup>.

Assim, o espírito positivo pode atingir o seu destino, resumindo-se em harmonia da Humanidade<sup>11</sup>, harmonia entre a ciência e a arte, entre a teoria positiva e a prática<sup>12</sup>, desarmonia consumada da ciência com a teologia<sup>13</sup>. É por isso que se fala em aptidão, não em sonho, em realização, não em idealização<sup>14</sup>. Cabe ao método positivo a unidade entre as várias doutrinas, superando a inacessibilidade das ficções teológicas e entidades metafísicas<sup>15</sup>. O vértice passa a ser o homem e a Humanidade e não o universo, gerando sistematização científica e lógica. Em síntese, só há uma ciência humana ou social, porque o homem se desenvolve coletivamente, pela coerência lógica do espírito positivo, que resulta num alto grau de eficácia social. Tal é uma filosofia sã, livre dos deuses e das abstrações. Ocorre uma substituição do dogma das causas finais "pelo princípio das condições de existência, que oferece, num grau mais alto, todas as propriedades lógicas desse dogma, sem apresentar nenhum de seus perigos científicos"<sup>16</sup>.

### 2.3 — Os conceitos fundamentais do positivismo

Por alguns conceitos, pode-se chegar a vislumbrar a doutrina positivista. Não se pode esquecer que se situam dentro da lei dos três estados.

O primeiro conceito é o de positivo. Significa o real, o útil, o certo, o preciso e o contrário de negativo. É também o relativo, porque já

não existe conhecimento absoluto. Este conceito define a sã filosofia, que se liberta dos vícios da ontologia e de suas deturpações. Daí que o positivismo é uma filosofia adogmática, um guia para a ação, responde a um "que fazer"<sup>17</sup>, para regenerar a sociedade. A escola politécnica concretiza esse objetivo, superando a formação teológica ou metafísica, permanecendo apenas na observação dos fatos. Através do método positivo assegura-se a manipulação do real. Se, antes circunscrevia-se à causa, agora circunscreve-se à lei, definida como "as relações constantes de semelhança e de sucessão que os fatos têm entre si"<sup>18</sup>. As virtudes de tal método provam-se pelas descobertas amplas e importantes já feitas, e como tal, a ele deve ser confiada a orientação do pensamento humano, à maneira cartesiana. O espírito positivo torna sã a filosofia através das ciências, regulando o mundo interior pelo mundo exterior.

O positivo se liga ao binômio "ordem e progresso", na sã política positiva de conduzir a civilização. É a unidade entre existência e movimento, garantida pela filosofia positiva. Assim, possui uma vocação conservadora e dinâmica ao mesmo tempo. Cabe à ordem vigiar pela manutenção da situação social e ao progresso desenvolvê-la, prevenindo os males da crítica e da necessidade da violência para sufocar as rebeliões. Ao governo cabe reprimir para garantir a pacificação e a subordinação. Os desejos individuais devem resignar-se aos desejos da Humanidade, ente imenso e eterno com suas fatalidades biológicas e cosmológicas. É o maior princípio, que é vivo, encarnado, propulsor de cada existência individual e coletiva, com a fórmula sagrada: "O Amor por princípio, a Ordem por base, e o progresso por fim"<sup>19</sup>. Não há maior força social que a domesticidade, a qual governa os indivíduos no seio das três instituições mais importantes: Família, Cidade ou Pátria e Igreja ( da religião positiva ), respectivamente nucleadas na mulher, no patriciado e no sacerdócio, reunida a três virtudes: afeto familiar, sentimento cívico e fé positiva, alcançando-se, enfim, através do princípio estático, o controle do princípio dinâmico para a continuidade do sistema<sup>20</sup>.

Tais considerações levam ao conceito de obediência, como elemento de ligação da articulação patriciado-proletariado. Ao patriciado cabe comandar, ao proletariado, obedecer. A missão sacerdotal é a de evitar possíveis desavenças. A anarquia deve ser evitada como perigo, funcionando a autoridade espiritual como disciplinadora. Assim, o individual submetendo-se ao social, evita o caos e respeita a ordem natural do progresso.

A hierarquia, outro conceito, é conseqüência da ordem social. Há uma dupla máxima no comtismo: "Dedicação dos fortes pelos fracos; veneração dos fracos pelos fortes. Nenhuma sociedade pode perdurar se os inferiores não respeitarem os superiores. Nada confirma melhor semelhante lei do que a degradação atual em que, por falta de amor, cada um não obedece senão à força..."<sup>21</sup>. Cada classe social se funda sobre a prece-

dente, por exemplo, dos agricultores aos fabricantes, destes aos comerciantes, para alcançar os banqueiros. Hierarquia esta assentada na divisão do trabalho, nas classes sociais, na dependência cidade-campo. Abole-se a classe média por sua característica de querer ascender ao patriciado e atemorizar-se ante a possibilidade de cair na massa operária. O poder está nas mãos de um chefe que designa o seu sucessor numa hereditariedade sociocrática. Já não há necessidade de haver eleições, pois o voto é anárquico. Da mesma maneira, na indústria, o dono escolhe o seu gerente.

O conceito de elite está presente, então, na estrutura da sociedade. Subdivide-se em três classes:

a) A classe dos cientistas: "para determinar o plano do novo sistema".

b) A classe dos artistas: "para provocar a adoção universal desse plano".

c) A classe dos industriais: "para pôr o sistema em atividade imediata, pelo estabelecimento das instituições práticas necessárias"<sup>22</sup>.

Tais classes constituem o sujeito da sociedade, sendo que o poder espiritual cabe aos cientistas e o temporal aos chefes dos trabalhos industriais, organizando o sistema administrativo para a eficiência. O privilégio aos cientistas dá-se pela sua capacidade e autoridade teórica. Ou seja, da observação chega-se ao controle, na divisão entre teoria e prática, garantia de complexidade e do progresso. Ao patriciado cabe o comando e ao sacerdócio o aconselhamento, ao operário o trabalho obediente. Se ao público é permitido indicar objetivos, são os políticos positivistas que os dirigem. Cabe à opinião querer, aos publicistas propor os meios de execução, e aos governantes executar. Assim; a confusão e o arbítrio são erradicados pela distinção das funções.

O encadeamento desses conceitos se deve às ciências, à sua presente preocupação com os fenômenos, classificados em fenômenos astronômicos, fenômenos da física terrestre, fenômenos químicos e fenômenos fisiológicos, a cada um correspondendo as suas leis. Daí, o surgimento das ciências: a astronomia ( a primeira a positivizar-se ), a física, a química e a fisiologia. O novo poder político moderno surge com o novo poder espiritual, isto é, o científico, fundado na natureza das coisas. As ciências implicam a concepção de filosofar como os antigos. Aristóteles concebera: "designando o sistema geral das concepções humanas; e, ajuntando a palavra positivo, eu anuncio que considero esta maneira especial de filosofar que consiste em encontrar as teorias, em qualquer ordem de idéias que seja como tendo por objeto a coordenação dos fatos observados, o que constitui o terceiro e o último estado da filosofia geral"<sup>23</sup>. A aprendizagem dos fatos sociais e políticos é reservada à história positiva, cuja base está nas ciências exatas, e a unidade compreensiva do real está na sociologia.

O verdadeiro espírito filosófico situa-se na matemática, necessária e vigorosamente universal, precisa, aperfeiçoando a razão teórica, desenvolvendo o "instinto fundamental da veneração, habituando o amor à ordem, primeiro voluntária, depois artificial, enfim fatal"<sup>24</sup>. Consolida ao mesmo tempo a sociocracia, a política e a filosofia geral que tendem a tornar-se ciência.

Porém, o marco fundamental do positivo está na astronomia, a ciência que desvela as leis do espaço, subordinando-se a ela os fenômenos físicos, químicos, fisiológicos e sociais, no papel de emancipar a razão humana. É subordinada à matemática por serem os fenômenos: astronômicos, geométricos ou mecânicos. A sua verificabilidade possibilita a organização de "convicções duráveis e unânimes"<sup>25</sup>.

Pela física, a intervenção humana modifica os fenômenos naturais, tendo o homem, em suas mãos, o destino da evolução, fazendo progredir política, intelectual e universalmente a Humanidade. Triunfa a experimentação, pela solidez das deduções. É a base do poder humano.

A química, sendo subdivisão da física, modifica a composição molecular. É vital no processo de industrialização, acelerando o desenvolvimento e o modo de vida da sociedade contemporânea. A ela vincula-se a biologia, que liga o organismo ao meio, o estático ao dinâmico, o anatómico ao fisiológico.

A sociologia torna a filosofia positiva completa, pondo todos os elementos da civilização em conexão, tendo por base a realidade, ao estabelecer uma teoria racional para melhor dirigir o espírito humano. É também chamada de física social, pois é "uma parte complementar da filosofia natural que se relaciona ao estudo positivo do conjunto das leis fundamentais próprias aos fenômenos sociais"<sup>26</sup>.

A manipulação da ciência deu ensejo à criação da tecnocracia impondo princípios indiscutíveis a um poder exterior, o que nos leva ao problema da organização, para manter o sistema em funcionamento, o que implica harmonia perfeita entre desejos, conceitos e atos. A disposição da atividade prática e técnica pertence ao governo industrial.

#### **2.4 — O conteúdo ético-antropológico**

Em vez da definição clássica do homem como animal racional, Comte propõe animal "razoável", ou seja, o caráter de possuir a atitude de modificar a conduta conforme as circunstâncias de cada caso, nada acrescentando ao animal. Por exemplo, no caso de um cão, um macaco, um primitivo e uma criança diante de um relógio pela primeira vez. A atitude é idêntica em todos eles porque dão vida análoga à deles.

A diferença marcante entre os animais e os homens está na civilização que estes criaram. Há uma história que determina. A tradição

causa o progresso: eis um fato social. "A espécie de homem é a Humanidade"<sup>27</sup>. "Toda a sucessão dos homens, durante a longa seqüência dos séculos, deve ser considerada um só homem, subsistente sempre e que aprende continuamente"<sup>28</sup>.

Na obra **Système de politique positive** Comte demonstra que os fenômenos humanos são fenômenos sociológicos, isto é, não há a abstração "indivíduo" na ciência, no fato social. Reconhece a menor unidade da Humanidade como a família, e não o indivíduo separadamente. Inclusive, a Humanidade, denominada como o Grande-Ser, toma o lugar de Deus.

Numa segunda fase de seu pensamento, Comte volta para um culto religioso desse Grande-Ser, cuja "Igreja não é um prelúdio da política: é a parte fundamental, que põe os fundamentos da política. Organizar a sociedade é, em primeiro lugar, instituir a anterioridade moral que se imporá a todos, aos chefes como aos membros mais humildes desta sociedade"<sup>29</sup>. A religião positiva da Humanidade é própria do sistema de política positiva e para ter elementos escreve o tratado de sociologia instituindo-a. "A religião é, por essência, a imagem que o homem faz do mundo em cada época"<sup>30</sup>. Sendo a filosofia positiva uma religião, o clero aparece como corporação de sábios fazendo a ciência da Humanidade, ao passo que seus elementos, os padres, são filósofos-sociólogos. Como a razão, pelo intelecto, forma o espírito positivo, a paixão, pelo apostolado, forma a propaganda pelo Grande-Ser, o único necessário que exige entrega total, exigindo um culto que nos leva do egoísmo ao altruísmo. Não há vida interior, pois o conhecimento objetivo é unificado, cuja religião é o culto dos mortos, pois vivem na nossa memória e nossas obras. A Humanidade pensa pelos indivíduos.

A rejeição de Comte pela metafísica não o torna isento dela, por exemplo, quando trata do problema da finalidade do Grande-Ser. Concomitantemente, não há ciência pura em Comte, pois que ela se ordena em direção a uma política<sup>31</sup>.

A moral ocupa um lugar intermediário entre a filosofia teórica e a política, não se constituindo numa ciência especulativa abstrata, nem numa ciência especial, apesar de ser ajustada a uma lista de seis ciências na elaboração primitiva. Faz parte da sociologia porque está baseada em conhecimentos positivos, exteriores, racionalmente fundada. Funciona como lei e como nova autoridade para levar a vida humana a seu contínuo aperfeiçoamento. É uma moral relativa, pois funciona conforme o meio, isto é, em decorrência da situação e da organização. Coroa a hierarquia das ciências. Seu enunciado principal é fazer prevalecer a sociabilidade sobre a personalidade, sendo, ao mesmo tempo, diretriz e repressiva, como um freio universal, um espelho da ordem exterior. Por isso, conhecer é desenvolver a percepção ética do real, associando-se crenças aos sentimentos.

Em Comte não há direitos, mas apenas deveres, assim como não pode haver a idéia de causa, da linguagem filosófica, por causa de seu conteúdo metafísico. Se uma delas é imoral e anárquica, a outra é irracional e sofística. Reconhece a ligação dos direitos com o sobrenatural, e portanto, fora do regime científico. O que há são deveres para com todos. Justifica a imoralidade dos direitos humanos, porque esta doutrina pressupõe o princípio da individualidade absoluta. "A subordinação real da política à moral resulta diretamente do que todos os homens devem ser concebidos, não como seres separados mas como diversos órgãos de um só Grande-Ser"<sup>32</sup>. Assim, todos são funcionários públicos, sendo a vida coletiva a única real, contrariamente à pura abstração da vida individual. Se os direitos divinos são considerados retrógrados, dos direitos humanos são subversivos. São recusadas as idéias de um Diderot, Voltaire ou Rousseau, que tiveram sua validade no contexto da derrubada do antigo regime, mas, desempenhado o papel, cumpre-lhes desaparecerem. Por isso, a ditadura rejeita a ontologia, fonte do negativismo e da crítica, e causa da anarquia, contra a família e a propriedade. Não há razão para os direitos humanos, se eles garantem imunidades aos que pretendem fazer ruir o edifício social. A teoria da igualdade social degrada os sentimentos, estimula a inveja contra qualquer ascensão e a desconfiança para com a autoridade. Inclusive, deve-se acabar com as classes que reclamam direitos humanos, como os letrados, os juristas, assim como a burguesia, que deveria ser forçada, pela pressão econômica, a se proletarizar.

A ordem deve ser mantida a todo custo, mesmo que os ministros sejam corruptos, pois é preferível a pior das ordens, que a melhor das desordens, fazendo respeitar os ricos e a propriedade, para se conservar o tesouro material. E às elites cabe garantir a passagem ao novo estado positivo.

## **2.5 — O conteúdo educativo e o projeto político**

A teoria da educação prende-se à doutrina educativa, que é total, universal e redentora. Pelo objetivo pretende abarcar o subjetivo, na ânsia de organizar uma totalidade da cultura, que depende do passado e se endereça a outrem, já que não há educação para si, tornando convergentes as classes sociais, assumindo a imortalidade do homem na Humanidade. Sendo assim, a educação geral ou moral absorve a educação profissional.

Se a pretensão do positivismo é regenerar a Humanidade, a educação aparece como o ponto de unidade do sistema. A primeira característica é o autoritarismo educacional, subordinando a inteligência individual à sociabilidade herdada do primeiro elemento educativo: a mulher. A educação intelectual define-se como apropriação individual dos valores do conhecimento, mas submetida à marcha do espírito humano.

A mulher é um dos pilares da formação individual e social; pela sua característica de docilidade passa a ser o exemplo para garantir a unidade humana, dando oportunidade à “principal condição de nossa verdadeira regeneração, a necessidade de restabelecer a subordinação sistemática da política à moral, mais vasta, e mais durável que a Idade Média”<sup>33</sup>. A antropologia da unidade se baseia, pois, na análise coletiva e no condicionamento físico-biológico. A educação busca o esteio da biologia como condição de sua base científica e real.

A missão da educação é conciliar o aspecto estático ao dinâmico, detectando as leis de ordem e movimento, e deixando de lado as abstrações. Respeita a organização maternal-familiar e impulsiona ao progresso, ou seja, ao mesmo tempo é submissão e libertação das fatalidades.

O caráter científico une-se ao estético, o que permite a adesão voluntária aos fins sociais, ou seja, a arte subordina a utopia e idealidade à realidade. A filosofia coordena a arte de tal modo que “dirigida pelo sentimento, torna-se, para o positivismo, a principal base da educação universal, onde a ciência não preside em consequência senão a uma indispensável sistematização objetiva”<sup>34</sup>. Trata-se de combinar a razão sistemática com o entusiasmo do poeta, com a simpatia feminina e a energia do proletário. Define-se, então, a educação como engajamento na história, participação a uma ordem real, não apenas acumulação de conhecimentos, encadeando-os racional e sistematicamente.

Os estudos literários proporcionam a simpatia aos ancestrais e aos contemporâneos, tendo em vista o trabalho dirigido aos sucessores, formando a tríplice condição da cultura positivista: científica, estética e literária. O ápice é representado pelo sentimento, para humanizar e socializar de maneira familiar, histórica e cívica.

A duração do ato educativo vai do ventre da mãe até a morte, o que equivale à noção de educação permanente. No positivismo caracteriza-se pela aprendizagem da submissão como condição de melhorar a situação da natureza humana. O lugar do ato educativo não é a Universidade, que onera o Estado e impede a regeneração do Ocidente, dando lugar a discussões estéreis e dispersivas. Pretende-se que seja a educação integral, orgânica e formativa correspondente à totalidade da natureza humana, ao encadeamento racional e à instauração de uma ordem subjetiva<sup>35</sup>. Nesse contexto, o papel de intermediário do homem e do humano compete ao educador, função que corresponde a uma consagração sacerdotal, cujas atribuições maiores são o devotamento, direção espiritual e moral, submetendo o espírito humano a fatos e leis.

Ao mesmo tempo em que falava em autoritarismo, Augusto Comte falava também em liberdade, que quer dizer, a que conduz a submissão à ordem, distinguindo três aspectos: “1) a ação do poder espiritual

sobre os sujeitos cuja formação lhe incumbe; 2) a ação do processo educativo propriamente dito pela qual os sujeitos tornam-se os agentes; 3) a ação dos agentes sobre o meio material e humano<sup>36</sup>. Através do terceiro aspecto pretende-se demonstrar que além da liberdade, há criatividade.

Um ensaio de Roque Spencer Maciel de Barros sobre o assunto demonstra que tal concepção não é uma autêntica filosofia da liberdade, uma vez que nada se pode recusar do que é imposto pelo positivismo. O cientificismo "fecha as portas para o mundo da liberdade e da autonomia de valores"<sup>37</sup>. Por isso não se pode argumentar que seja uma filosofia do espírito, mas filosofia da natureza, pois o espírito assim faz parte da natureza, porque não a transcende<sup>38</sup>. O exterior governa o interior, ou seja, o natural dirige a todos. A ignorância é o desconhecimento da ordem, cuja descoberta é tarefa da educação.

Não há, pois, liberdade ilimitada de consciência. O exemplo deve ser buscado na matemática, a santa aliança da liberdade e da submissão. Recusam-se, então, os princípios perigosos da educação liberal, avessa ao espírito de disciplina. O cientificismo é autoritário, e como tal deve ser encarado o positivismo, sendo irrazoável a razão individual. Anatole France se refere ao positivismo essencial como autoritário. Lacroix se refere ao homem positivista como um ser da natureza e Lévy-Brühl fala da necessidade de renúncia ao direito soberano de exame de maneira voluntária e motivada, portanto, perda da liberdade. Esta maneira de alcançar a convergência das inteligências faz do positivismo uma filosofia ensinada, não para ser discutida.

Nesses termos, educar é fazer política. Se a educação é autoritária, a política também será. No histórico golpe de Estado de 1851 na França, Comte repugna toda discussão teórica sobre princípios. Já se foi o tempo desse tipo de discussão, sua finalidade já foi esgotada.

A aplicação da fé positivista ao governo é ponto básico, argumenta Augusto Comte. "Ela inaugurará a moral universal regulando a conduta dos povos antes da família e dos indivíduos"<sup>39</sup>. O governo é quem poderá aplicá-la por ter o poder nas mãos e, para isto, poderá abusar da ditadura, realizando as reformas parlamentares para adequá-las à nova situação. E sua melhor fórmula só poderia ser "ordem e progresso", ditames cheios de sabedoria universal e pronto para atender aos novos tempos. Cabe ao ditador tomar as medidas cabíveis para a realização da civilização universal.

Só uma filosofia indulgente e enérgica pode conciliar o regime industrial com a paz social, orientando a Humanidade para o trabalho produtivo. "A disciplina habitual é a garantia de sua própria conservação"<sup>40</sup>. A vida do exército é um belo exemplo de escola de obediência e comando. Assim, os trabalhadores e as elites deveriam constituir o exército universal, substituindo inclusive os exércitos nacionais. O exército indus-

trial é mais vantajoso que o exército guerreiro porque é diretamente produtivo. A ditadura é, pois, o melhor meio para efetuar o progresso industrial, dada a sua maneira de tratar com os trabalhadores e as elites, ou seja, de maneira eficaz, cessando o egoísmo peculiar.

Entretanto, não se verificou a tese propugnada pelo fundador do positivismo, pois aumentou o egoísmo das classes que fazem o desenvolvimento, e também o poderio dos exércitos. Veja-se o exemplo da concorrência imperialista desenfreada, que suscitou as duas guerras mundiais.

Conclui-se que a política não segue os rumos racionais da ciência. Sucede o contrário: a ciência serve à irrazão dos Estados, na característica antropoféfica do desenvolvimento. No mesmo plano situa-se a educação.

## 2.6 — Principais representantes

Após Augusto Comte sistematizar os conhecimentos universais e científicos através da filosofia positiva, partindo do método que leva em conta apenas o que é detectado pelos sentidos, ou seja, o mundo exterior, destaca-se na França Pierre Lafitte, um de seus discípulos ortodoxos. Segundo ele, o estado da razão corresponde à harmonia entre nossas concepções e a realidade exterior. Toda ciência restringe-se ao homem e à sociedade. É por isso que a possibilidade da filosofia positiva só se torna possível com o surgimento da sociologia. A moral surge como científica numa trajetória de emancipação crescente dos espíritos. Um sistema de moral positiva concebe a existência humana ligada à universalidade, determinando rigorosamente o conhecimento real de nossa natureza e situação, possibilitando evitar a indeterminação e o arbítrio. Persegue o quádruplo modo de vida: pessoal ( higiene ), doméstico ( casamento ), cívico ( respeito à lei, defesa da Pátria ) e religiosa ( culto dos grandes homens ). Às classes cabe o assujeitamento ao dever, que tem por pré-condição a fé motivadora, que levará à unidade terrestre.

Taine, também na França, considera a ciência positiva capaz de resolver todos os problemas do homem. São quatro os objetos desta ciência: Deus, a natureza, o homem, a sociedade. O primeiro dos objetos, Deus, é a unidade dos fenômenos, a lei suprema que domina todas as ciências, pois que é dotado de alto grau de generalidade. A manifestação de Deus se dá na natureza, o segundo dos objetos. O homem é explicado pelo positivismo, sendo sua mais alta manifestação, a inteligência, constituída pela sensação, porque só se observam os fatos físicos, representados na subjetividade. No domínio da vontade, a liberdade não passa de uma ilusão, caracterizada pela ininteligibilidade, já que não existe o eu espiritual, pura abstração. Caso fosse confirmada a liberdade, entraríamos na ausência de responsabilidade, uma vez que não seriam seguidas as leis objetivas. A

sociedade também se enquadra numa lei explicativa, sintetizada na raça, no meio e no momento, que abrangem a hereditariedade, o ambiente e a síntese dos acontecimentos. Institucionalmente, religião e governo, correspondem respectivamente à palavra universalmente esperada e proteção da paz e da prosperidade social, sem centralização e autoritarismos excessivos.

Émile Littré concebe a filosofia positiva como experimental em razão de sua proveniência das ciências e com os guias respectivos da indução e da dedução, por isso se compoem de noções relativas. Insiste na validade dessa concepção de filosofia porque ela opera sobre o conjunto dos fenômenos. "Criar uma filosofia positiva, é coordenar a totalidade do saber humano..."<sup>41</sup>. É então, a filosofia uma ciência geral, sendo cada ciência especial uma filosofia particular; "tudo é evidentemente comum: o alvo e os procedimentos"<sup>42</sup>.

Na Inglaterra destaca-se John Stuart Mill. Entusiasma-se por Augusto Comte, discordando em alguns aspectos, admitia a psicologia como ciência e a liberdade, mas aderindo em geral às suas teses. Tenta unir numa orientação positivista a vida psicológica, moral, social e política, colocando em destaque, porém, o papel da personalidade. Considerava a espontaneidade vital como o essencial da existência humana, apreensível em si pela consciência e nos outros pela observação externa. Não é necessário recorrer a explicações teológicas para a administração política. O funcional é mais pertinente que o causal, eliminando-se, pois, a metafísica para se tratar do homem em sociedade.

Na corrente sociológica está Émile Durkheim. Considera Comte seu mestre. Destacam-se duas partes fundamentais em sua obra: 1<sup>o</sup>) a sociologia como ciência positiva e pré-condição da política; 2<sup>o</sup>) a moral fundada igualmente como ciência. É partidário do realismo sociológico, que quer a realidade social última aplicada ao grupo, não se reduzindo a fatores individuais; do positivismo absoluto, a ciência sendo dominada pela observação científica, objetiva ou externa. Quando fala em ciência, fala na sociologia, como a fundamental.

Assim sendo, a educação deve realizar o homem que a sociedade deseja, ou seja, o ideal pedagógico é obra social, refletindo nos indivíduos as particularidades da organização a que pertença<sup>43</sup>, tornando-os homogêneos. Tal é o fim da educação. É o que possibilita a submissão à autoridade política, à disciplina moral, o devotamento, o sacrifício, a adesão à religião. Enfim, cria-se no homem um ser novo. É por isso que o papel da sociologia é preponderante na determinação dos fins educacionais. O educador é considerado como a encarnação do dever, e que deserta no ser ato o conhecimento da lei e da ordem, sendo a disciplina encaminhada para o reconhecimento da autoridade, acostumando o espírito à noção da regularidade e da necessidade.

Coube a Durkheim grande divulgação no Brasil com destaque aos meios acadêmicos. Entre seus divulgadores citam-se Paulo Egídio de Oliveira Carvalho, o primeiro sociólogo brasileiro; Reynaldo Porchat, primeiro reitor da Universidade de São Paulo e propagador das pesquisas sociológicas; e Fernando de Azevedo, um dos co-fundadores da mesma Universidade, das primeiras cadeiras de sociologia e da Escola de Sociologia e Política de São Paulo<sup>44</sup>.

Além desses adeptos mais diretos, ortodoxos ou dissidentes, há positivistas derivados, como os da corrente evolucionista, cujo maior destaque é Spencer, com influência decisiva na política e na educação. Filia suas concepções ao positivismo, uma vez que só se preocupa com o mundo fenomênico. Parte do evolucionismo para explicar cientificamente o real. A moral adequa-se a leis obrigatórias de evolução, cuja violação redundava em prejuízo. Vai além do positivismo quando admite a existência do Absoluto e do Infinito, ou seja, de um Ser Supremo, se bem que Incognoscível. Educar é ensinar as leis da natureza, quer dizer, a pedagogia deve seguir a ciência como seu objeto, pautando-se, entretanto, pelo espírito liberal e individual.

### 3 – INFLUÊNCIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

#### 3.1 – Introdução

O Brasil foi colônia de Portugal durante três séculos e um quarto, além disso, a metrópole estava muito atrasada em relação à Europa. Deduz-se o porquê da incipiência da atividade intelectual no país, aliás, vista como inimiga do antigo sistema de dominação colonial. Veja-se o exemplo da expulsão dos jesuítas, representantes no Brasil de pessoal qualificado em estudos avançados. Menos ainda cabia um papel à filosofia, aliás, expulsava-se com os jesuítas também a sua formação filosófica, pré-requisito aos estudos posteriores de teologia.

É assim que Pereira Barreto, ao divulgar o positivismo no Brasil, não encontrou dificuldades, graças, observação sua, ao descrédito das câmaras legislativas e à falta de preparo do clero<sup>45</sup>. A filosofia era apenas preparatório para escolas superiores, não possuindo legitimidade própria. Figurava como disciplina obrigatória dos cursos secundários no tempo do Império<sup>46</sup>, sendo de apenas orientação aristotélico-tomista, como se observa no Genuense, o manual adotado. Era adotado nos seminários para o preparo à vida clerical, na vida leiga servia para preparar a medicina e o direito<sup>47</sup>. Rui Barbosa resolve transformar esse tipo de ensino em história das idéias, mas continuava mero instrumento para atingir cursos superiores, não passando de adorno cultural<sup>48</sup>. Além disso, continha excesso de dogmatismo e tradicionalismo, sendo apologética de verdades eternas.

O positivismo adentra no Brasil, apesar de sua contestação à teologia e à metafísica, no mesmo espírito que o precedia: o espírito de sistema. Avantajava-se por ser mais coerente com a realidade. Aliás, é por isso mesmo que foi adotado na Escola Militar, como princípio de ação. Sem concorrência, triunfou em outras escolas como as de Direito e Medicina. Apenas em Recife, mas sem repercussão, estava o culturalismo de Tobias Barreto, que jamais o ameaçou.

### 3.2 – Por que o positivismo no Brasil ?

O final do século XIX mostra um anseio, nos países latino-americanos, de organização. Tal anseio levava em conta o progresso científico europeu e a confiança nos novos caminhos abertos pela Revolução Industrial. Não se queria ficar no atraso de um modo de vida agrícola, já que a Inglaterra, através da industrialização, alcançara a posição de poderoso império. Além do mais, os princípios e os ideais dos países latino-americanos coincidiam, em parte, com os do positivismo. Portanto, a adoção do positivismo veio de encontro às preocupações político-sociais dos intelectuais autóctones. Conforme João Cruz Costa, a data mais importante no Brasil é a da reforma do ensino por Benjamim Constant em 1890, quando se instituiu uma cadeira de sociologia e moral no último ano da escola secundária<sup>49</sup>. Daí por diante foi uma avalanche. "O preponderante influxo intelectual positivista avassalou, ora em nome direto da sociologia, ora de mistura com as ciências ditas exatas porém plenas de sociolatria, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, o Curso de Minas de Ouro Preto, o Colégio Pedro II, a Escola Normal, o Colégio e a Escola Militares, a Escola Naval, as Faculdades de Medicina e Direito e o Instituto La Fayette"<sup>50</sup>. A posição pioneira coube a Antônio Álvares da Silva através da Faculdade de Medicina da Bahia em tese de doutoramento no ano de 1859<sup>51</sup>. O ensino secundário passou a ter a seriação das disciplinas na classificação das ciências de Augusto Comte<sup>52</sup>.

As elites intelectuais se preocupam com a transformação da realidade em termos de modernização, juntamente com profissionais liberais, políticos e homens de empresa, que anseiam por uma filosofia que se funda no real, no positivo e no prático. Assim é que se segue Comte na tese do "saber para prever": "compreendemos que é a inteligência que governa o mundo, que é o saber positivo, que faz a força das sociedades modernas, que espalha o bem, que implanta a justiça, que fomenta a indústria e as artes, que faz os homens livres, e procuremos formar uma elite intelectual completamente desembaraçada dos termos teológicos e dos interesses de Roma"<sup>53</sup>.

Desta maneira, fica clara a necessidade de se conhecer a realidade como pré-requisito de se modificá-la. Além disso, a burguesia precisava de um pressuposto para maior mobilidade social, o que não havia na sociedade escravocrata do Império.

A expansão do positivismo verifica-se na imprensa, no parlamento, nas escolas, na literatura, na vida científica. Explode na década de 70 como “filosofia da história e da sociedade — e até como religião —, só então ganhando sua inteira importância em nossa história cultural”<sup>54</sup>. A anterior filosofia reinante no Brasil, a do catolicismo institucional, não fazia correr perigo à estrutura senhorial, não se constituindo em ameaça ao colonizador português. “Comte, filósofo da história e das sociedades, se integra ao pensamento brasileiro no momento em que este precisava de algo novo. No momento em que os quadros do pensar romântico já não serve mais, em que a fé e o império, enredados num sistema contraditório nos seus próprios termos, são postos em dúvida; no momento em que, em face de acontecimentos internos e externos, um bando de idéias novas esvoaçam sobre nós de todos os pontos do horizonte”<sup>55</sup>.

Para Oliveira Torres a crise estava se avizinhandando porque pontos de vista liberais apareciam nas classes dirigentes<sup>56</sup>. De fato, aumentava o número dos profissionais liberais, militares, médicos e engenheiros<sup>57</sup>.

Nesse sentido, Leopoldo Zea fala em “realismo social” para expressar a atitude dos escóis que se propuseram a libertar a América Latina. Viam as mudanças européias e as necessidades de países colonizadores latino-americanos. A solução foi a fundamentação numa “ciência do social como instrumento de conhecimento e de transformação”<sup>58</sup>. Francisco Romero fala em “positivismo ambiental”, que “parte da sociedade como produto espontâneo e vivo, um positivismo em ação”<sup>59</sup>. A monarquia brasileira precisa explorar os recursos naturais e para tal contava com a nova instrumentalidade. Pereira Barreto argumentava que o Brasil já caminhava para o estado positivo. Com Alberto Sales aparece a filosofia como instrumento da ação política: “aparece pela primeira vez, nitidamente reformulada, a idéia de que a República, que exigia uma fundamental mudança no regime de vida do país, clamara de maneira imperiosa, para sua plena realização, o emprego de uma doutrina sobre o homem e a sociedade que pudesse servir de guia à política das novas gerações”<sup>60</sup>.

Correspondendo paralelamente às necessidades brasileiras, preocupações semelhantes abarcam os demais países da América Latina, tomando o positivismo matizes adequadas a cada país. Permite-se, pois, falar em positivismo mexicano, argentino, uruguaio, chileno, peruano, boliviano ou cubano. Dependeu da realidade de cada país e de cada intérprete particular conforme os problemas específicos a serem solucionados<sup>61</sup>.

Conclui-se pela existência de dois tipos de positivismo: o acadêmico, com obras gerais, especulativas ou teóricas, que contém o ecletismo em relação às várias tendências da corrente; e do “realismo social” que aplicou no concreto as análises universitárias<sup>62</sup>. Assim, intercambiavam-se positivistas, evolucionistas e políticos liberais demarcando um rumo para a cultura do país, constituindo o “positivismo o eixo em torno do qual girou

o estado de espírito de toda uma geração”<sup>63</sup>. Tal não acontecia por mero sabor de novidade, mas “essas doutrinas traduziam o seu modo de ser, representavam para eles a inteligência perfeita do universo. Mais ainda, viram nelas a possibilidade de adequação ao Brasil e de sintonia do Brasil com o que havia de novo no mundo. Pretenderam, pois, através delas, colocar o país no primeiro plano, fazendo-o participar da vida de seu tempo, como nação civilizada, não presa a preconceitos que consideravam obsoletos, ao mesmo passo que, com elas, pretendiam dar soluções aos seus problemas. A estrutura arcaica e o pensamento antigo que informava a sociedade seriam os responsáveis pelas mazelas nacionais. Não se veja em tais manifestações, portanto, a simples cópia, transposição de ideologias alienígenas pelo gosto da novidade sem consonâncias com o país real”<sup>64</sup>.

### 3.3 – Tipologia do positivismo no Brasil nos inícios da República.

Uma caracterização do positivismo no Brasil precisa levar em conta a variedade e os modos de adesão à doutrina original. Aparece às vezes o sectarismo comtiano, às vezes o lado especificamente religioso ou político ou de ação prática, às vezes a mescla com o spencerismo e o darwinismo, às vezes usada pelos bacharéis, e, enfim, com a própria “práxis” do engajamento político. Através desses vários modos evidenciam-se, ou o conservadorismo, ou o progressismo.

Pode-se falar em positivismo puro e positivismo misto. Os puros são os seguidores, às raias do fanatismo, ou seja, os ortodoxos, representados por Miguel Lemos e Teixeira Mendes. Os demais, o heterodoxos ou dissidentes, são representados por Luís Pereira Barreto, Pedro Lessa, Alberto Sales, Vicente Licínio Cardoso e Benjamim Constant. É através dela que se pode notar o alcance da doutrina no Brasil.

No contexto nacional, a ortodoxia significa utopia, impraticável mesmo, dadas as condições, pois pretendia seguir a religião nos mínimos detalhes organizada por Comte. Ou seja, falta de clareza na transposição de idéias. É o que desprenhe da atitude de Miguel Lemos ao jurar fidelidade eterna sobre o túmulo do mestre<sup>65</sup>. Inclusive, quis ir além do próprio Comte, sendo mais positivista que o fundador, ao fazer proibições como a de afastar os seus correligionários da vida social. Foi quem elaborou os estatutos da Igreja Positivista e do Apostolado.

Quem mais deixou escritos foi Teixeira Mendes, e também substituiu Miguel Lemos. L. W. VITA fala de sua extrema dedicação: “... não se exagerou quando Teixeira Mendes foi apontado como o único indivíduo no mundo, a realizar plenamente, em todos os atos de sua vida pública e privada, o complicado e austero código ético-jurídico do positivismo, encarnando perfeitamente o tipo ideal do homem sonhado por Comte”<sup>66</sup>. Em suma, fidelidade e fervor aos dogmas, em prejuízo da

própria cientificidade, esquecendo do relativismo pregado pelo fundador. Cultuava a própria Clotilde de Vaux, a sagrada esposa de Comte, em excesso de apego à letra e ao culto.

T. Mendes sentia prazer na submissão, vendo nela o ápice da perfeição e grandiosidade humanas, pois só assim se atinge o estado de ordem e equilíbrio<sup>67</sup>. Cabe à elite a formação das diretrizes a serem seguidas, como intérpretes da Humanidade, mantendo a paz através da divisão entre patrões e operários, em ricos e pobres. Em outros termos, conservadores e retrógrados são o meio do positivismo. Olhando-se o céu, a posição dos astros sugere que só pela ordem é possível haver beleza e harmonia. E, diz T. Mendes, a astronomia é uma ciência, e assim garante a necessidade da aplicação social de tal espetáculo<sup>68</sup>.

A solução para o país é a ditadura republicana, organizada sobre a família, a pátria e a Humanidade. A função do indivíduo depende de sua utilidade. O salário pelo "trabalho humano não comporta outra paz senão o prazer da dedicação e a gratidão social"<sup>69</sup>. Não há proletário sem família, onde a mulher representa o fator de docilidade social<sup>70</sup>. Tais são as premissas de um sistema cientificamente organizado.

A tarefa da educação é "preparar a natureza humana de maneira que realize o melhor possível o tipo geral descrito pela moral teórica"<sup>71</sup>. Educar é preparar para a submissão voluntária. A atividade industrial, desta maneira, estará garantida<sup>72</sup>, através do apoio da ciência. Educar é submeter, nem que seja pela força, evitando através do dogma, a inconsistência, o ceticismo, a hesitação, a irresolução. A nova consciência exige a superação de flutuações afetivas e hesitações intelectuais. A igualdade e o regime eleitoral perturbam a ordem, assim como a metafísica, a teologia, o livre exame, a filosofia revolucionária e o ateísmo<sup>73</sup>.

Todavia, a heterodoxia supera, por questões práticas a posição de M. Lemos e T. Mendes. Aliás, é mesmo feita por homens práticos como políticos e militares como Benjamim Constant, Júlio de Castilhos e Rondon. O positivismo está na Escola Militar, Colégio Militar e Escola Naval<sup>74</sup>, orientando-as com ensinamentos de geometria, cálculo, mecânica e lógica, para superar a metafísica e a confusão<sup>75</sup>. Funda-se o Clube Acadêmico Positivista em 1879, a Revista da Família Acadêmica em 1889 e a Revista Acadêmica Militar em 1903. Desta última os colaboradores desempenhariam importantes papéis na vida nacional<sup>76</sup>.

Alberto Sales é tido como o maior ideólogo da República, mesclando a sua ideologia política com elementos do positivismo de Comte e elementos do evolucionismo de Spencer<sup>77</sup>. Na prática propagava o fim das velhas instituições, mas dentro da ordem. Queria reorganizar a sociedade brasileira, para a superação do subdesenvolvimento. Suas fontes ideológicas eram instrumentais para o Brasil novo. O Estado teria um papel

limitado perante o comércio e a indústria, pedras basilares da economia e da civilização ocidental, papel de favorecimento da ampla liberdade de associação e de contrato.

Para superar as concepções imaginosas, a nacionalidade necessita de uma teoria científica, parte da lei da evolução social e política. Tal lei resulta do consenso íntimo do povo, na trajetória do progresso com ordem, sob as ordens de um chefe coercitivo. Aplica-se “ao comércio, à indústria, às artes, às ciências, às religiões e aos governos...”<sup>78</sup> Na fonte, está o direito de propriedade como inerente à personalidade humana, posse material que garante a submissão do grupo de maneira moral. É o esteio da autoridade. A garantia dessas determinações está na relação bipolar família-Estado<sup>79</sup>.

É manifesta na ideologia de Alberto Sales o reflexo dos valores defendidos pela nascente burguesia nacional. Como agente, o “ideólogo da República” divulga a melhor maneira de sua classe social assegurar-se do poder.

Conforme Vicente Licínio Cardoso, trata-se de adaptar o positivismo à realidade nacional. É considerado o “primeiro filósofo da arte no Brasil”<sup>80</sup>. Coloca as obras de arte no contexto da lei dos três estados, ou seja, não devem ficar no terreno da ficção, mas ir ao plano do real. A fonte do positivismo, sendo o materialismo, delega apenas ao homem a atividade artística, sem as conotações metafísicas. Sendo a essência uma categoria metafísica, Licínio nega uma essência da arte, que deve caber nos limites da materialidade. O belo é relativo, conforme se refere ao útil, ao prático, às coisas.

A preocupação antimetafísica de V. Licínio Cardoso resulta na dignificação da consciência nacional, devendo o fenômeno educativo no Brasil levar em conta a nacionalização dos costumes interioranos<sup>81</sup>. A unidade dos brasileiros significa uma filiação a um idealismo orgânico e construtor de uma nacionalidade, trazendo em seu bojo elementos de originalidade. Tal concepção significa abasileiramento contra as cópias importadas. Adere-se à técnica como possibilidade de superação do anonimato internacional e conquista de um futuro próprio, pois que, viver é exprimir-se descondicionadamente dos controles transculturais. Trata-se de descobrir o Brasil como condição de atingir a grandiosidade.

V. Licínio Cardoso fundamenta-se em Spencer e Comte ao chamar atenção para a realidade nacional, não esquecendo a questão da ordem que vigia a máquina e a indústria como condição do progresso<sup>82</sup>. Impõe-se uma educação que dê energias ao caráter, sob uma autoridade conveniente, pois essa é a porta do progresso. Caso contrário, evidenciar-se-ão a “anarquia moral e a anarquia intelectual, donde essa anarquia social que gera a indisciplina; que gera a carência de prestígio nos órgãos diretores da sociedade; que gera as divergências de toda ordem nas massas dirigi-

das, conduzindo às mais repelentes violências contra a ordem pública, contra a vida, contra a propriedade particular”<sup>83</sup>. A missão dos letrados deve ser canalizada para educar, instruir, socializar e nacionalizar.

Enfim, V. Licínio Cardoso fundamenta-se no homem como medida de todas as coisas para alcançar seus mais altos ideais, atendendo às exigências do mundo real, onde se destacam os mais capazes, ou seja, uma elite com autoridade sem contestação<sup>84</sup>.

Em Luís Pereira Barreto encontramos a mesma ânsia de adaptar-se perante os problemas nacionais. Sua obra é considerada “o documento filosófico mais importante do positivismo brasileiro, por seu sentido científico e pela originalidade de aplicar a lei dos três estados à realidade brasileira, afirmando que o Brasil havia ultrapassado o estado teológico, achava-se no metafísico e caminhava para o positivo”<sup>85</sup>. Sua perspectiva é a da regeneração pela ordem moral, dado que o povo não a tem, inclusive instando que o povo é dócil e se presta muito ao novo ideário<sup>86</sup>.

Pereira Barreto refere-se ao positivismo mais como método do que uma doutrina, mais como espírito que como letra. Sua preocupação é a de resolver os problemas nacionais e não seguir fanaticamente a doutrina. “Daí o sentido eminentemente pedagógico de sua atitude. Pedagógico não pelo fato de ver na reforma do ensino oficial a panacéia para nossos males, mas por crer no poder do espírito, na sua força para modificar uma situação, acelerar uma marcha pré-traçada”<sup>87</sup>. Essa pedagogia não se restringe à instituição escolar, mas é apostolado que pretende atingir toda a sociedade, ou seja, um projeto de transformação do homem para atingir o supremo ideal humano.

A missão pedagógica do positivismo é, conforme ele, transformar a sociedade arcaica, conformista, inerte, supersticiosa, no seu estágio positivo, pela ciência e pela técnica. Caberia neutralizar a massa com o novo ideário filosófico-científico. Tratava-se de romper com a insalubridade e a estagnação, na obra redentora da pátria, para fazê-la seguir o caminho da Humanidade. A educação é o centro do seu esforço para a chave do progresso.

Às idéias, Pereira Barreto, médico, uniu a ação. Sua profícua atividade realmente colaborou no desenvolvimento do nascente Brasil industrial, parte de uma política positiva. Se as idéias é que governam o mundo, conforme Comte, tais idéias foram executadas. Nessa trajetória a ciência é uma arma onipotente.

Por que se fortificar? Por que se regenerar? Porque “a vitória pertence aos mais fortes, aos mais aptos; os fracos são desapiedosamente postos à margem”<sup>88</sup>. Só o preparo técnico poderá forjar a nova têmpera e a harmonia coletiva. A liderança do país caberá à nova aristocracia, basea-

da na virtude cívica, inteligência e saber. A ciência é o elemento chave para essa elite realizar a produção<sup>89</sup>.

Na área do direito quem faz a síntese Spencer-Comte é Pedro Lessa. Tem tendências naturalistas e quer transformar a história em ciência rigorosamente positiva. Sua heterodoxia se manifesta na sua aceitação da metafísica através das cogitações sobre a causalidade. Aqui mais se aproxima de Spencer, por considerar a correlatividade necessária da religião e da ciência<sup>90</sup>. A opção pela positividade não significa a recusa da metafísica, motivo de esperança para os homens e que não pertence ao domínio técnico-científico, pois traz em seu bojo consolações, esperanças, incertezas e angústias. O espírito humano não é redutível a um só estágio. É claro que são bem distintas as duas realidades. O absoluto pertence a outra esfera, apesar do constante progresso das ciências e de sua redução ao antimetafísico. "Metafísica e religião, desse modo, são realidades inamovíveis por mais que se apure e alargue o campo das ciências positivas"<sup>91</sup>.

Lessa contesta a noção de livre-arbítrio, afirmando em seu lugar, a existência de motivações criadas pela educação, a formadora do "ethos". É por isso que são necessárias as pré-condições: a política e a administração. A repressão ajuda a corrigir os elementos de natureza anti-social que possam surgir<sup>92</sup>.

A criminalidade significa qualquer atentado ao modo de viver constituído. A estrutura social precisa ser mantida e, para isso, existe o direito e a justiça. O mal é a desobediência social. O consenso é a garantia da ordem, que só pode ser atingido modernamente no estágio positivo, apresentando a intelectualidade como mola propulsora dos novos tempos. Uma nova teoria do Estado pressupõe a limitação do indivíduo, já que a base econômica é inflexível, e por isso mesmo, a melhor possível. A limitação social é conseqüência da natural limitação econômica. A sociologia vem estruturar melhor essa necessidade prioritária legitimada pelo direito<sup>93</sup>.

O pressuposto de Pedro Lessa sobre a associação humana vincula-se às teses da ordem e do progresso como impositivas à natureza humana, ou seja, não se pode fugir ao que é natural, seria aberração. E como se prova a necessidade orgânica? Pela observação dos fatos, ou seja, cientificamente. Em outros termos, conclui-se do pensamento de Pedro Lessa, que a coação é científica, a rebelião para a mudança social é anti-científica<sup>94</sup>. Tais contestações constituem o fundamento da unidade nacional e, nesse sentido, as faculdades de direito servem a mais amplos objetivos que apenas ao progresso das ciências jurídicas<sup>95</sup>.

O maior exemplo do positivismo heterodoxo está em Benjamin Constant, que, por seu sistema de participação política, fundou a República e estabeleceu os ideais positivistas como norma para a nova forma de governo instituída. Além do mais, impregnou o exército dos

mesmos ideais capacitando-o futuramente de poder assumir o governo da nação. Foi “brilhantíssimo lente da Escola Superior de Guerra” e daí toda sua preponderância no meio militar<sup>96</sup>. Nos seus ideais estavam o culto à família, à pátria e ao exército, respeitado e inteiramente respeitador, como garantia de segurança, da manutenção da ordem e da tranquilidade pública e trabalhando condignamente para o engrandecimento da Pátria.

Foi Benjamim Constant quem convenceu Marechal Deodoro e Floriano Peixoto da importância da reviravolta histórica, acabando com a monarquia, principalmente porque Floriano fora seu aluno. Sob sua égide inaugura-se a República, ou seja, as novas formas de autoritarismo, pois que o exército já chamara para si a função de regenerar a Pátria. Como queria Comte: “conservar, melhorando...”<sup>97</sup>

Benjamim Constant pregava, através da ditadura republicana, a conservação das classes sociais, através da cooperação fraterna. Toda a mocidade militar estava preparada pelo mestre. É por isso que a passagem do Império à República foi considerada evolução e não revolução<sup>98</sup>, conforme a lei dos três estados e a fé positivista. Entretanto, Benjamim desligara-se da sociedade positivista para ter um cargo público e afirma, numa carta, mais do que nunca a sua filiação aos princípios da doutrina.

A adesão do exército a Benjamim Constant é encontrada entusiasticamente em Augusto Tasso Fragoso, seu alferes-aluno: “Mestre: — Nós delegamos em ti o nosso modo de pensar, de agir e de sentir na transformação republicana de nossa Pátria!”<sup>99</sup>. Era o mesmo espírito da Escola Militar da Praia Vermelha: “Mestre — sede o nosso guia em busca da terra da promessa — o solo da liberdade!”<sup>100</sup>. Com esse apoio, decide pela proclamação da República a 15 de novembro de 1889, tendo plenos poderes da Assembléia. Seguem-se adesões da Escola Superior de Guerra, de Rui Barbosa, do primeiro e nono regimentos de cavalaria, oficiais da guarnição da Corte.

### 3.4 — Presença do positivismo na atualidade brasileira.

Segundo Ivan Lins, a força do positivismo continua até os dias de hoje. O próprio Comte dizia que os homens são positivistas em graus diversos de evolução. “Se parcas são as referências explícitas que hoje lhe são feitas no Brasil, como no mundo, e se grande é o silêncio que pesa sobre o nome de seu fundador, ainda em nossos dias objeto de baldas e apodos daqueles que esperam assim um sucesso momentâneo, essa inaptidão e esse olvido não impedem, porém, que por toda parte se manifeste o ascendente dos métodos e princípios positivistas”<sup>101</sup>. Como exemplo, nota-se a ideologia do aparato escolar e sua “apologia da ciência, a crença no progresso, a glorificação cultural do homem e dos grandes homens, a moral do altruísmo e a sua solidariedade, todas as noções construtivas da ideologia escolar”<sup>102</sup>.

Segundo Ivan Lins, temos indícios da presença do positivismo no Brasil:

1º) Presença do autoritarismo constantemente mesmo ante a ideologia do liberalismo europeu, juntamente com a racionalização do trabalho agrícola, industrial e comercial.

2º) Presença da propriedade privada como intocável, mas com leis de proteção aos operários como as de Getúlio Vargas, entretanto, de cunho paternalista e elitista. São tipicamente comtianas as juntas de conciliação e os tribunais de trabalho. Também a educação vista como solução do problema social numa participação da riqueza intelectual por parte dos capitalistas e da classe proletária, se bem que em diversos níveis, além da introdução da previdência social. A OIT põe o trabalho não como mercadoria ou artigo de comércio. Internacionalmente, o proletariado participa de movimentos de opinião pública, como propunha o fundador do positivismo.

3º) Presença da impopularidade da guerra, apesar das conflagrações mundiais. A ONU luta pela pacificação universal. A Unesco pretende, pela educação, pelas ciências sociais e pelo desenvolvimento cultural, regenerar, quase textualmente seguindo Comte, a vida internacional. Repudia-se o colonialismo e a violenta exploração conseqüente. Veja-se o exemplo africano.

4º) A secularização deu aos problemas humanos soluções racionais contrariamente às soluções teológicas. Há uma tendência para o ecumenismo e, com isso, possibilidade para uma Liga Religiosa Universal.

5º) Conforme o calendário positivista, cultuam-se os mortos ilustres: a mulher, a mãe, a árvore.

6º) Substituição do trabalho pela automação, graças à ordem e ao progresso, ao espírito de disciplina.

7º) Nos países socialistas há cerimônias cívicas semelhantes. Anatole France dizia ser impossível fugir ao positivismo na vida intelectual, na filosofia, no método experimental, nas ciências, na solidariedade humana, na consciência universal<sup>103</sup>.

8º) Conforme Ivan Lins, o Brasil foi o país onde, em todo mundo, mais larga e profundamente influenciou a doutrina de Augusto Comte<sup>104</sup>, com múltiplas referências na imprensa, em conferências, em aulas.

Ademais, os pressupostos dos inícios da República continuam, como a separação Estado-Igreja, liberdade religiosa, liberdade de imprensa, de cátedra, de reunião, de greve, igualdade racial, proteção aos índios, solidariedade continental, arbitragem nos conflitos internacionais e auto-determinação dos povos<sup>105</sup>. Tais princípios às vezes não vigoram em toda sua extensão, mas não deixam de figurar nos discursos oficiais e para-oficiais.

Destacam-se ainda, atualmente, organizações como: Igreja e Apostolado Positivista, Centros Positivistas, estudos sobre Benjamim Constant, Teixeira Mendes e Júlio de Castilhos, Associação Brasileira dos Amigos de Augusto Comte, Clube Positivista etc.<sup>106</sup>.

Por outro lado, há os pressupostos da política nacional: o desenvolvimento econômico, a incorporação do proletariado rural e urbano, anticolonialismo, não-intervenção e autodeterminação dos povos, que refletem uma atmosfera positivista<sup>107</sup>.

Além disso, o atual lema segurança e desenvolvimento mantém traços da velha ordem e progresso, que apesar de estarem presentes no discurso do liberalismo, são executados pela maestria de antigos seguidores e executores do espírito positivista no Brasil: os militares.

### 3.4.1 – Presença do positivismo na definição dos objetivos nacionais.

Segundo o professor belga Michel Schooyans, o positivismo na atualidade está a serviço do país, na influência que exerce na definição dos objetivos nacionais. “Estranha aventura a do positivismo nos militares brasileiros, que teria deixado Comte assaz perplexo”<sup>108</sup>. É claro que houve múltiplas transformações na vida nacional em cem anos, mas várias características permanecem, sem os arroubos religiosos, sentimentais e humanistas do fundador do positivismo, acarretando um positivismo viril. “Assim se explicam certos fatos que nós encontramos na ideologia militar atual. As idéias conjuntas de ‘ordem e progresso’ aí reaparecem, ornadas de seus corolários impostos: a hierarquia, a tecnocracia, a organização, a obediência, a elite, a ciência, a técnica”<sup>109</sup>.

Os acontecimentos que culminaram no movimento de 1964 teriam sido então longamente preparados pela própria evolução da história brasileira com os germes do final do século XIX e da primeira metade do século<sup>110</sup>, com toda a formação que Benjamim Constant deu aos militares, inclusive com insistência que esses ideais vieram da própria época colonial.

A ideologia de segurança e desenvolvimento passam a constituir então o guia da consciência nacional, na pretensão de levar o país a objetivos grandiosos e de defendê-lo contra as investidas do comunismo. Muitos outros aspectos se associaram, como a contribuição militar norte-americana com o conceito de guerra fria, como afirmam Alfred Stepan em **Os militares na política** e José Comblin em **Ideologia da segurança nacional**, vindo de encontro aos anseios das elites brasileiras.

Exército e política se associam ao longo da República. Se não esteve o exército no primeiro lugar em certas épocas, nunca o seu poder foi afetado. Os períodos cognominados de redemocratização não significam

ausência, mas retirada estratégica para consumir melhor o predomínio. Tais períodos são observáveis ao longo da República.

Na opinião de Joseph Comblin, o ano de 1922 marca vários despertares da vida nacional, inclusive o embrião da Escola Superior de Guerra de 1949, e o futuro golpe de 1964. Chama o positivismo de fermento a tais processos<sup>111</sup>, pois a ESG tinha por princípio copiar o National War College dos E.U.A., além de contar com uma missão militar americana. A ESG é abrangente aos problemas nacionais como: "questões psicossociais; questões econômicas; questões militares; questões logísticas de mobilização; informações e contra-informações; e doutrina e coordenação"<sup>112</sup>.

Toda essa esquematização possui um cérebro condutor, articulador da teoria e da prática política, o general Golbery do Couto e Silva. Sintetiza a consciência nacional na sua possibilidade de desenvolvimento e sua pré-condição de segurança. Seus escritos estão principalmente na **Geopolítica do Brasil**, a carta magna que todo brasileiro deveria conhecer para entender melhor sua condição.

### 3.4.2 – O novo binômio: segurança e desenvolvimento.

A fermentação do positivismo colaborou para o novo binômio diretriz da realidade nacional. Continua o mesmo anseio antimetafísico, a preocupação com o material, com o fenomênico. A pretensão é o crescimento econômico, o qual não se faz sem segurança.

O conteúdo da doutrina de segurança assenta-se em três pilares:

"a ciência — como instrumento de ação;

a Democracia — como fórmula de organização;

o Cristianismo — como supremo padrão ético de convivência social"<sup>113</sup>.

Tal conteúdo é parte da segurança do mundo ocidental, pretraçada, pois, pela política de defesa das nações do bloco capitalista. A condição do Brasil é a de colaboração, pela sua posição estratégica no continente americano, à defesa do Ocidente, contra o Oriente representado pela Rússia e China, depositários do materialismo ateu. Evidentemente, que a supremacia cabe aos E.U.A., e por isso, maior vantagem. As doutrinas de Marx e Engels, de Lênin e Stálin, de Mao, devem ser combatidas a ferro e fogo.

O antagonismo principal é a luta imperialista entre Oriente e Ocidente, mesmo porque o primeiro dos pilares da doutrina de segurança, a ciência, serve aos dois senhores, ou seja, o positivismo é fermento de dois mundos.

O conceito de guerra total, ou seja, estamos sempre em guerra, passa a comandar a economia, a sociedade, a política e a cultura. Guerra

que se volta contra inimigos externos, assim como contra inimigos internos. Daí, a estratégia de ocupação do próprio país. A guerra total une-se a guerra fria, contra a guerra revolucionária, para evitar a guerra generalizada. O Poder Nacional, subdividido em Poder Econômico, Poder Político, Poder Psicossocial e Poder Militar, é o guardião do país, no controle dos antagonismos.

“A diferença básica entre o regime brasileiro e o comtismo reside na questão do poderio militar. Para Comte, a sociedade industrial deveria suplantar os militares, enquanto que na atualidade é justamente o aparato militar que garante a industrialização pela força. Aliás, é curioso notar que os militares, contraditoriamente, foram das mais poderosas forças que introduziram o positivismo no Brasil”<sup>114</sup>.

Com o Poder Nacional existe uma filosofia do poder que norteia as suas estratégias. É nela que se patenteia a imutabilidade da crítica, inclusive como fantasia, ou como Comte queria, inutilidade das ficções teológicas e metafísicas. Contrapõe com a utilidade da ciência e da tecnologia inofensíveis<sup>115</sup>. A geopolítica solidifica o Poder Nacional, na sua pretensão de interpretar os destinos políticos de um povo. É um termo criado pelo sueco Rodolfo Kjéllen, “da escola alemã, querendo dar uma marca política, e não mais predominantemente geográfica, aos estudos das relações entre os territórios e os habitantes no âmbito dos estados”<sup>116</sup>. Conforme o Instituto de Geopolítica de Munique, “a geopolítica é a ciência das relações da terra com os processos políticos. Baseia-se nos amplos fundamentos da geografia, especialmente da geografia política, que é a ciência do organismo político no espaço e, ao mesmo tempo, de sua estrutura. Ademais, a geopolítica proporciona os instrumentos para a ação política e diretrizes para a vida política em conjunto”. “Assim, a geopolítica se converte numa arte, arte de guiar a política prática. A geopolítica é a consciência geográfica do Estado”<sup>117</sup>.

Interpretando a filiação brasileira à geopolítica ocidental, conclui-se pela aceitação do capitalismo como sistema e pela divisão da sociedade em classes sociais. “O Estado nacional assume o chamado capitalismo de Estado para efetuar a acumulação econômica através da burocracia, da tecnocracia civil e militar e da classe dominante. Ele é a garantia das empresas multinacionais, que atuam nos diversos países, utilizando-se de um caráter reformista reacionário submetido à administração das economias centrais, impedindo o desenvolvimento autônomo. Em suma, há um processo econômico controlado do exterior e do interior pelos interesses privados e estatais, que, para não correr o risco de fracasso, é submetido à esfera da segurança nacional”<sup>118</sup>. Permite-se falar em burguesia dos países satélites dominada pela burguesia superior dos países centrais, ou seja, a dominação global do imperialismo. O Estado ajuda a acumulação do capital, dado que a burguesia periférica demonstra-se incapaz de resolver por si

mesma os seus problemas. Como diz Poulantzas, “o Estado é o órgão direto, o instrumento unilateral, de uma parte de burguesia geralmente vista como minoritária”<sup>119</sup>.

### 3.4.3 — Corolários do positivismo e corolários da sociedade em modernização.

Os mesmos corolários do positivismo são muito caros ao processo de industrialização e à organização tecnoburocrática que promove o desenvolvimento. É por isso que a crença positivista triunfou quando nasceu. Porque soube sintetizar o espírito de uma época. Filosofia sistemática, portanto, e nada romântica.

Em primeiro lugar, destaca-se a hierarquia sagrada, tanto na vida militar como no trabalho industrial. Os dois redutos compõem-se numa escola de superposição de papéis. Onde o Estado é dirigido por militares, pode-se dizer que todos são militares, tamanha é a valorização do binômio comando-obediência. A atividade humana de argumentar, refletir, decidir e dirigir é desaconselhada ao dirigido. Os postos mais elevados são, inclusive, sacralizados. Dir-se-ia que se chega ao nível da objetivação absoluta, ou seja, não há sujeitos individuais, apenas a vontade do superior hierárquico. Caso contrário, seria a anarquia.

Com a evolução da sociedade industrial surge a tecnocracia. Assim é definida:

1) “Que as necessidades vitais do homem são de caráter puramente técnico”<sup>120</sup>.

2) “Que a análise formal ( e altamente esotérica ) de nossas necessidades acha-se atualmente concluída em 99%”<sup>121</sup>.

3) “Que os especialistas que sondaram nossos recônditos desejos são os únicos capazes de continuar a prover as nossas necessidades”<sup>122</sup>.

Aos técnicos, inspirados nos esquemas racionais das ciências físicas, cabe fazer política, ligados ao capital, protegido pelo Estado, ou seja, pela tecnoestrutura, que no dizer de L. C. Bresser Pereira, é a tecnoburocracia com ideologia de caráter autoritário<sup>123</sup>. Eram os capitalistas que entregavam a direção de suas empresas a administradores profissionais competentes<sup>124</sup>.

Capítulo necessário da tecnocracia é a organização. Conforme F. Zamora, “a organização se originou no capitalismo através de Taylor e Fayol, criadores, ou quando menos, sistematizadores da chamada ‘organização do trabalho’”<sup>125</sup>. O Estado organizado repele as investidas revolucionárias, através de um planejamento onde aplica o seu poder de controle. Organizar é possuir. A característica é a eficiência, o desenvolvimentismo,

o autoritarismo, o elitismo, o comprometimento com a burguesia e com o imperialismo. Inclusive fortalece o poder executivo. Conforme o I PND, a finalidade de um planejamento nacional é: tornar o Brasil uma potência, melhorar o bem-estar dos cidadãos, acelerar o desenvolvimento, crescer os setores de infra-estrutura, expandir os fatores básicos do crescimento<sup>126</sup>. Tudo isso em caráter normativo para a área governamental e indicativo para o setor privado.

O caminho do desenvolvimento passa sobre a obediência, ou seja, ao povo cabe executar o plano traçado pela direção do país. Nessa categoria se legitima a elite, pois seu papel no caso é o comando, o papel de sujeito da história. Estimula-se o dever, o heroísmo, em outras palavras, o abandono nas mãos dos dirigentes, como a meta básica para o ser humano. Conforme o espírito positivo, "o homem propriamente não existe, só pode existir a Humanidade, de vez que todo nosso desenvolvimento é devido à sociedade, sob qualquer relação com que seja encarada"<sup>127</sup>.

É evidente que, ao se formar uma elite, pressupõe-se a massa para ser dirigida ou para trabalhar. Assim, a constituição da elite militar, por exemplo, substitui as elites que perdem a capacidade de comando, no caso, a burguesia nacional. Várias elites são bem consideradas: as empresariais, as políticas, as religiosas, as culturais e as que atualmente dirigem as outras: as militares.

A força-motriz, entretanto, conforme o II PND, é constituída pela ciência e pela tecnologia<sup>128</sup>, cuja missão é arrancar o país do atraso secular a que está submetido, idéia que disfarça o predomínio das multinacionais e dos E.U.A. As empresas multinacionais "representam um processo de reorganização da economia mundial não-comunista sob a égide dos Estados Unidos. Através delas, o capital tem oportunidade de passar por uma nova onda de concentração, através da incorporação das elites capitalistas e tecnoburocráticas dos países periféricos; o desenvolvimento tecnológico nos países centrais pode ser acelerado graças, inclusive, à possibilidade de transferir para os países periféricos equipamentos tecnológicos obsoletos"<sup>129</sup>. Assim, se os discursos oficiais destacam o importantíssimo papel da tecnologia, acaba ela sendo um meio de aumentar o processo de subdesenvolvimento e de dependência.

#### **3.4.4 – Presença do positivismo na educação brasileira.**

O sistema de Augusto Comte atingiu várias áreas do saber no Brasil, mas há que se destacar a sua proximidade com a pedagogia, dado que cabe à educação a transmissão do legado dos antepassados. Aparece nos documentos oficiais de ensino, mais notoriamente na primeira República. Em alguns, chega a ser mera transcrição da doutrina educacional comtiana. Conforme Ivan Lins, atua "diretamente e de modo genérico por

força das reformas de ensino elaboradas por Benjamim Constant em 1890 e pelo Ministro Rivadávia Correia em 1911<sup>130</sup>. Nem mesmo a reforma de Fernando Lobo em 1892 apagou a influência sistemática, atesta Vivaldo Coacacy, levando em destaque o que se ensinava no Colégio Pedro II, estabelecimento padrão da época. Também o ensino militar foi reformado por Benjamim Constant, com a inclusão da matemática, sociologia e moral, entre outras. Posteriormente, a lei Carlos Maximiliano modificou a reforma de Rivadávia Correia, mas com a mesma seriação das disciplinas conforme a classificação de Augusto Comte<sup>131</sup>.

Não se pode esquecer dos pareceres de Rui Barbosa sobre a reforma do ensino, entusiasta, que era pela filosofia positiva, como demonstra Miguel Reale em sua tese apresentada ao Primeiro Congresso Brasileiro de Filosofia<sup>132</sup>. Por esta tese Ivan Lins demonstra o engano de João Cruz Costa, porque este afirmava não ter Rui Barbosa grande simpatia pelo positivismo. Aliás, se houve um repúdio aparente, estava na razão de Rui ser um político e precisando do apoio do clero nas eleições, assim como dos críticos de sua política financeira.

Nos citados pareceres, Rui bate-se pelo primado da ciência na educação, contrariamente ao ensino livreiro que até então se propagara. Assim, o ensino positivo é necessário e exequível desde a escola primária: "o princípio do ensino integral, afirmava Rui, entrevistado pelo alto engenho de Rabelais e formulado pela filosofia positiva é o norte a que deve tender a reorganização da escola. O indivíduo é apenas uma condensação da humanidade; releva, portanto, juntas na composição de seu espírito os elementos essenciais que concorrem no processo histórico do desenvolvimento geral do espírito humano"<sup>133</sup>. Miguel Reale também enumera a preocupação em Rui de fundamentar-se nos mentores do positivismo, a sua concepção em tratar o positivismo como filosofia da realidade e como religião da Humanidade, sua posição contra o ensino do Direito natural para substituí-lo pela Sociologia, entre outros argumentos que o colocam como filiado a um positivismo heterodoxo<sup>134</sup>.

Posteriormente, as referências explícitas ao positivismo, na teoria e na prática, se extinguíram. Julga-se até ser impróprio falar de sua continuidade na legislação mais recente, assim como na política educacional. Entretanto, só se pode aceitar a impropriedade em termos relativos, dado que, se os fatos mudam, contêm em si os germes, ou melhor dizendo, a fermentação ativa. Diz-se também que outro tipo de discurso, além do positivismo, defende os mesmos parâmetros. Pode-se, pois, falar em semelhanças, como, por exemplo, a importância do Estado, da família, da unidade nacional e solidariedade internacional, da ciência e da tecnologia<sup>135</sup>, não se esquecendo da valorização da ordem para garantir o desenvolvimento.

Ênfase especial deve ser dada ao papel da ciência e da tecnologia, que hoje se tornam parte do corpo do homem, transformando-se as universidades, lugar de transmissão de metodologia científica, em área de segurança nacional. Aliás, tal formação é uma das finalidades maiores do sistema educativo, conforme os promotores da educação permanente<sup>136</sup>. Visa a formar o "homem total", necessário ao crescimento dos bens de produção industrializados, objetivo das sociedades modernas desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento<sup>137</sup>.

No ensino secundário a busca desse homem total está particularmente dentro dos conteúdos das disciplinas de OSPB e moral e cívica, para as quais devem convergir as demais, funcionando como um poder diretor<sup>138</sup>. Como queria Comte: "sob o aspecto político, enfim, é igualmente incontestável que esta íntima renovação das doutrinas sociais não se poderia realizar sem fazer gradualmente surgir, de sua execução mesma, ao seio da anarquia atual, uma nova autoridade espiritual que, após ter disciplinado as inteligências e reconstruído os costumes, tornará pacificamente em toda a vastidão do Ocidente europeu, a primeira base essencial do regime final da Humanidade"<sup>139</sup>.

Em outros termos, quer-se consolidar a submissão subjetiva, desde a infância e adolescência, para não ser o Estado obrigado a submeter pela força. O resultado é a tranquilidade social sob a seguinte hierarquia: "... em primeiro lugar os banqueiros, em razão da generalidade e da abstração superior de suas operações próprias, em seguida os comerciantes propriamente ditos, depois os manufatureiros e, enfim, os agricultores, cujos trabalhos são necessariamente mais concretos e as relações mais especiais que nas três outras classes práticas"<sup>140</sup>.

Ou seja, a educação vista como um processo de manutenção das desigualdades sociais, consideradas necessárias ao bom andamento da sociedade. Visando-se ao desenvolvimento como objetivo comum, assegura-se através de alvo uma comunidade de interesses, que encerra em si a divisão de classes.

Chegando-se à eficiência e à racionalidade, são os objetivos da educação atingidos, em virtude do acelerar do desenvolvimento. Nisso a educação passa a ser encarada como investimento, correspondendo ao planejamento estatal: "a legitimidade da tecnoburocracia deriva do pressuposto de que monopoliza a competência técnica e organizacional. Nestes termos, sua religião é o racionalismo econômico ou o efficientismo. O valor maior ao qual todos os demais estão submetidos é o da eficácia técnica, o da maximização dos resultados econômicos em relação aos insumos despendidos. Em primeiro lugar, devemos alcançar a eficiência econômica. Os demais valores, como a liberdade, a igualdade, a justiça, a natureza, poderão ser sacrificados a curto prazo. A longo prazo eles nos serão dados por

acréscimo da eficiência”<sup>141</sup>. Alcançando-se, enfim, uma “grande sociedade”<sup>142</sup>, conforme Comte seria o “Grande-Ser”, os sacrifícios são válidos, e a submissão à ordem estabelecida plenamente justificável.

A introdução da disciplina de moral e cívica deu-se no ano de 1969, época que revela o mais forte autoritarismo, para recolocar no seu devido lugar, a consciência do cidadão. Os livros didáticos têm necessidade de se submeterem ao MEC, uma referência à suprema autoridade espiritual, que Comte propunha anteriormente. E, se a educação moral e cívica exerce importante papel interdisciplinar, todas as disciplinas seguem o projeto da segurança nacional, no seu anseio de “defesa” do país e do sistema capitalista.

A criação dos centros cívicos junto à disciplina de moral e cívica sustém-se sobre três pilares: “**caráter**, com base na moral, tendo fonte Deus, nos termos do preâmbulo da Constituição do Brasil; **amor à Pátria**, e às suas **tradições**, com capacidade de renúncia; **ação** intensa e permanente em benefício do Brasil”<sup>143</sup>. Entretanto, junto com o caráter, a pátria e suas tradições, está o capital na ânsia de exercer o controle às consciências, pacificadas pela educação moral.

As primeiras lições dos textos de moral e civismo costumam retratar a diferença entre espírito e matéria. Defendem os ideais ocidentais contra o Oriente, por declarar-se este materialista. O antimaterialismo é visto aqui como arma de combate do Poder Nacional, já que o oposto levaria à degradação moral e social. Conforme Moacir Araújo Lopes, “trata-se, fundamentalmente, de conquista das **almas** antes que a das **armas**. A base da ação comunista é a ideologia atéia do marxismo-leninismo. Quer interpretada por russos, por chineses ou por cubanos, tem no **ateísmo** o seu alicerce e na **religião** o seu inimigo mortal”<sup>144</sup>.

Entretanto, a religião vista do ponto de vista da doutrina de moral e civismo, traz de novo o velho enfoque de sua condição de ópio do povo. Assim, Althusser, Poulantzas e Establet estão corretos em considerar a escola como aparelho ideológico do Estado ( AIE ) “que ao reproduzir a ideologia capitalista, procura assegurar simultaneamente a reprodução da estrutura de classes e da força de trabalho qualificada necessitada para garantir a sobrevivência e expansão do modo de produção do capitalismo avançado”<sup>145</sup>.

Através de uma concepção religiosa do homem, dá-se uma reprodução cultural, que por sua vez, reproduz as estruturas de desigualdade. Trata-se de um Deus fonte das desigualdades sociais, bem contrário ao pregado pelo cristianismo primitivo.

A influência do positivismo fez o Brasil continuar na esfera ocidental, numa predominância de economias centrais sobre economias periféricas, ou seja, a divisão país desenvolvido — país subdesenvolvido,

país imperialista — país dependente. Em outras palavras: as condições de crescimento parte dos países centrais e conforme suas leis. O processo de acumulação do capital é causa de um sistema internacional desigual, de modo que é permitido falar-se em classes sociais no inter-relacionamento desses países.

Os pressupostos do positivismo favorecendo de início à burguesia nacional, permitiram a identificação desses interesses com a burguesia mais poderosa internacional, pois a tecnologia, se modificou o aspecto do mundo, não modificou o seu modo de relacionar-se socialmente, inclusive intensificando, em muitos aspectos, o fosso que separa os países de tecnologia avançada com os de tecnologia atrasada. Foi justamente a industrialização que trouxe uma dependência estrutural, que quer dizer, uma dependência como resultado lógico de uma política de domínio. Facilitou-se a integração numa economia mundial de mercado graças à intervenção estatal “para conseguir uma capacidade cada vez mais ampla de regulamentação da vida econômica. Por outro lado, os grupos dominantes buscam a reorganização do próprio regime político para permitir que a centralização autoritária, que facilita a implantação do modo capitalista de produção nas economias dependentes, possa consolidar seu domínio”<sup>146</sup>. Mais recentemente, com a ideologia da comissão trilateral, demole-se o Estado-Nação, tendo-se a interdependência como sujeito. “Em última instância, trata-se do único sujeito identificável no credo econômico da Trilateral”<sup>147</sup>, e se houver repúdio a este sujeito, será visto como a fonte de todas as catástrofes possíveis.

Pode ser aplicado aqui o conceito de hegemonia no transplante cultural que é feito acerca dos ideais, concepções e valores educacionais, científicos e culturais integrantes das esferas governamentais e empresariais dos Estados Unidos, em direção ao Brasil<sup>148</sup>. Constata-se tal fato na “Apresentação, política e estratégia de ação” do **Plano setorial de educação e cultura ( 1975 – 79 )** da secretaria-geral do MEC, “o qual define as grandes linhas gerais consonantes com a concepção neocapitalista do regime político vigente”<sup>149</sup> no objetivo do governo experimentar as tecnologias avançadas de educação. Assim, o sistema educativo é uma fonte de reprodução do sistema social<sup>150</sup>, tendo a finalidade de aumentar a produtividade, e não democratizar o ensino.

#### 4 – CONCLUSÃO

No âmbito do século XIX o positivismo atendeu a um chamado da burguesia para se consolidar no poder. A influência do evolucionismo spenceriano ajudava uma política liberal, que, entretanto, não bastava, frente às ameaças de ruir o poder. Nesse sentido, funcionou como ideologia autoritária no interesse do controle suscitado pelo “statu quo”, ou seja, pelo capitalismo industrial. Permite-se falar no positivismo como superes-

estrutura ideológica a serviço das estruturas capitalistas. Através da ciência, consegue fazer prevalecer o binômio "ordem e progresso", como outros corolários fundamentais: obediência, hierarquia, elite, tecnocracia, organização e técnica. Prega a intocabilidade da propriedade privada e a manutenção das classes sociais, apacando os seus conflitos. A filosofia positiva pretende uma sistematização geral da sociedade, englobando toda a existência humana, individual e coletiva e os fenômenos como pensamentos, sentimentos e atos. Pretende superar o que chama de "vãs satisfações contemplativas". Assegurada a unidade sistemática do mundo, atinge-se a universalidade e realiza-se a Humanidade.

No Brasil a introdução do positivismo deu-se em fins do século XIX e esteve presente na primeira República, justificando a ânsia das elites nacionais pelo progresso do país. Depois, pode ter desaparecido oficialmente, mas permanece como fermentação dos acontecimentos, ou como passado que fundamenta a realidade presente. No presente vigora o binômio "segurança e desenvolvimento", que continua na pretensão de manter as diferenças de classes, amainando os seus conflitos. A ânsia é sair do subdesenvolvimento. Os mesmos corolários fundamentais permanecem: ciência, obediência, hierarquia, elite, tecnocracia, organização, técnica. Em primeiro lugar, a ciência é o instrumento do desenvolvimento. Em segundo lugar, a filosofia garante uma explicação mitificada da realidade. Da ciência e da filosofia, nasce uma Doutrina: a da "Segurança e Desenvolvimento", como orientação da ação. O objeto é a eficiência e a racionalidade, assumindo características nacionais.

Na educação brasileira procura atender aos anseios de racionalidade e eficiência, da mesma maneira que ocorre numa produção industrial. Há todo um corpo de doutrina para isso, como demonstra o ensino de moral e civismo, aspecto psicossocial dentro do conceito de guerra total. É dentro da compreensão da totalidade histórica que podemos alcançar o entrosamento dos sistemas econômicos com as ideologias e filosofias que os fecundaram. A educação, além de fornecer mão-de-obra e planejadores do capital, faz ascender elementos na escala social. Insufla o espírito do capitalismo. Podem-se estabelecer paralelos, pois, entre o positivismo e a realidade brasileira e, dentro dela, a "práxis" educacional. Se nos inícios da República, a ênfase era na doutrina de "ordem e progresso", atualmente, é na doutrina de "segurança e desenvolvimento". Ao argumento de que a doutrina de segurança nacional teria sido importada dos E.U.A. é importante situar que: o Brasil já estava preparado para tal importação através do positivismo; em segundo lugar, não é por ter vindo dos E.U.A. que não tenha o espírito positivista, aliás, é lá mesmo que tal espírito triunfou de maneira ostensiva.

Se o positivismo defende a sociedade de classes, a educação também o fará, já que depende de uma política. A época contemporânea

demonstra que o homem já nasce dentro de uma política positivista; se bem que mais na prática que na teoria. A ciência e a tecnologia passaram a ser "conditio sine qua non" do modo de viver. A aceitação passou a ser subjetiva, sem, às vezes, muito esforço por parte dos dirigentes, em fazer convencer. Como exemplo, basta citar as populações isoladas, tidas como "bárbaras", que obrigatoriamente têm de se inserir nos parâmetros da civilização industrial. Ademais, a política brasileira conheceu longos períodos de autoritarismo, e nessas fases a dominação do interior aparece com ênfase maior.

Na República Velha ( 1889 — 1930 ), permaneceu a idéia contrária a criação de universidades. O positivismo ainda tinha adesões oficiais. O risco que não se queria correr era o de formar cidadãos para o diletantismo. Entretanto, mesmo após 1930, à criação das universidades seguiu-o o propósito de educar as elites.

Na atualidade o desejo de eficiência e racionalidade, deixa nos objetivos do ensino a tendência em servir ao desenvolvimento e não a crítica a desenvolvimento. A função da crítica, segundo concepção do Estado, emperra a máquina baseada na ciência e na técnica, nas suas conseqüências, tecnocracia e burocracia, agentes da classe dominante na direção de seus negócios. Assim, a educação define-se mais uma vez como adaptação à vida social, através da inculcação de padrões e conhecimentos necessários à continuidade do antagonismo social. O Estado precisa desse mecanismo de reprodução das relações de produção.

Com o positivismo a dominação pode-se fazer mais pelo convencimento de que é melhor a adesão do terceiro mundo aos princípios da civilização ocidental, incorporando as populações ao trabalho industrial.

## 5 — BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. **História da filosofia**. Trad. Armando da Silva Carvalho e António Ramos Rosa. Lisboa, Presença, s/d., v. X. 264 pp.
- ACERBONI, Lídia. **A filosofia contemporânea no Brasil**. São Paulo, Grijalbo-EDUSP, 1970. 222 pp.
- ALVES, João L. **Discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras em 6 de novembro de 1923**. Rio de Janeiro, s/e., 1923. 24 pp.
- ARBOUSE-BASTIDE, Paul. **La doctrine de l'éducation universelle dans la philosophie d'Auguste Comte**. Paris, PUF. ( Bibliothèque de Philosophie Contemporaine ). 2v. 736 pp.
- ARNAUD, Pierre. **Pour connaître la pensée de A. Comte**. Grenoble, Bordas, 1969. ( Col. Pour Connaître la Pensée ). 304 pp.

- ASSMANN, Hugo; SANTOS, Theotonio dos; CHOMSKY, Noam. **A trilateral; nova fase do capitalismo mundial**. Trad. Hugo P. Boff. Petrópolis, Vozes, 1979. 216 pp.
- ATA da sessão do Club Militar de 9 de novembro de 1889; **Coleção de Pactos de Sangue e Mensagens**, recebidos por Benjamim Constant. Rio de Janeiro, reproduzido no Gabinete Fotocartográfico do Ministério da Guerra, 1939. 81 pp.
- AUDIFFRENT, Georges. **Augusto Comte**; sa plus puissante émanation — Notice sur sa vie et sa doctrine. Paris, Librairie Paul Ritti, 1894. 250 pp.
- BARRETO, Luiz Pereira. **O século XX sob o ponto de vista brasileiro**. São Paulo, Typ. do Estado de São Paulo, 1901. 42 pp.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. **Ensaio sobre educação**, Grijalbo-EDUSP, 1971. 308 pp.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A evolução do pensamento de Pereira Barreto**. São Paulo, Grijalbo-EDUSP, 1967. 272 pp.
- BARROS, Roque Spender Maciel de. ( org., introd. e notas ). **Obras filosóficas de Luís Pereira Barreto**. São Paulo, Grijalbo-EDUSP, 1967, v. I, 320 pp.
- BASTOS, Tocary Assis. **O positivismo e a realidade brasileira**. Belo Horizonte, Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1965. ( Col. Estudos Sociais e Políticos, 25 ). 172 pp.
- BERGO, Antônio Carlos. **O positivismo como superestrutura ideológica no Brasil e sua influência na educação**. São Paulo, PUCSP, 1979, 215 pp. ( tese inédita ).
- BEZERRA, Alcides. **Vicente Licínio Cardoso: sua concepção da vida e da arte**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1936. 52 pp.
- BEVILÁQUA, Clóvis. **Obra filosófica: I Filosofia geral**. São Paulo, Grijalbo-EDUSP, 1976. 150 pp.
- BOTELHO, Carlos. **Luiz Pereira Barreto: ( perfil social )**: discurso proferido no Senado de São Paulo em sessão de 2 de agosto de 1923. São Paulo, Seção de obras d'O Estado de São Paulo, 1924, 28 pp.
- BRÉHIER, Émile. **Histoire de la philosophie**. Paris, Alcan, s/d., Tomo II ( fasc. III e IV ).

- BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1963. ( Col. Documentos Brasileiros, 1 ). 176 pp.
- CARDOSO, Vicente Licínio. **Afirmações e comentários**. Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1926. 432 pp.
- CARDOSO, Vicente Licínio. **Colombo: três estudos**. Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1924. 112 pp.
- CARDOSO, Vicente Licínio. **O ensino que nos convém**. Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1926. 432 pp.
- CARDOSO, Vicente Licínio. **Figuras e conceitos**. Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1924. 288 pp.
- CARDOSO, Vicente Licínio. **Maracás** ( obra póstuma ). São Paulo, Nacional, 1934. 240 pp.
- CARDOSO, Vicente Licínio. **À margem da História do Brasil** ( livro póstumo ). 2. ed. São Paulo, Nacional, 1938. ( Bibl. Pedagógica Brasileira, série 5<sup>a</sup>; Col. Brasiliana, 13 ). 260 pp.
- CARDOSO, Vicente Licínio. **Pensamentos americanos**. Rio de Janeiro, Estabelecimento Gráfico, 1937. 288 pp.
- CARDOSO, Vicente Licínio. **Pensamentos brasileiros**. Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1924. 326 pp.
- CARDOSO, Vicente Licínio. **Vultos e idéias**. Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1924. 290 pp.
- CARNEIRO, David. **Transição revolucionária**: apêndice sobre julgamentos em história. São Paulo, Atena, s/d., 142 pp.
- CANTECOR, Georges. **Comte.**, Paris, Mellottée, s/d. ( Col. Les Philosophes ). 178 pp.
- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. **A reforma do ensino**. Rio de Janeiro, Auriverde, 1977. 210 pp.
- CHACON, Vamireh. **História das idéias sociológicas no Brasil**. São Paulo, Grijalbo-EDUSP, 1977. ( Col. História das Idéias no Brasil ). 144 pp.
- CHÂTELET, François. (org.). **A filosofia e a história: de 1780 a 1880**. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. ( História da Filosofia; Idéias, Doutrinas, 5 ). 348 pp.

- COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional**; o poder militar na América Latina. Trad. A. Veiga Filho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. 254 pp.
- COMTE, Auguste. **Apelo aos conservadores**. Trad. Miguel Lemos. Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil, 1889. 254 pp.
- COMTE, Auguste. **Appréciation du communisme**. Rio de Janeiro, Église Positiviste du Brésil, 1948. 106 pp.
- COMTE, Auguste. **Cartas filosóficas sobre a comemoração social, o batismo cristão, o casamento...** Trad. Miguel Lemos e R. Teixeira Mendes. Porto Alegre, Igreja Positivista do Brasil, 1912. 56 pp.
- COMTE, Auguste. **Cours de philosophie positive**. 3. ed. Paris, J. B. Ballière et Fils, 1869, 6 v.
- COMTE, Auguste. **"Catecismo positivista"**. Trad. Miguel Lemos, pp. 101 – 302. in: COMTE, Auguste & DURKHEIM, Émile. **Comte-Durkheim**. São Paulo, Abril, 1973. ( Col. Os Pensadores, XXXIII ). 554 pp.
- COMTE, Auguste. **Discours sur l'ensemble du positivisme**. Paris, Societé Positiviste Internationale, 1907. 424 pp.
- COMTE, Auguste. **Discours sur L'esprit positif**. In: MORAES FILHO, Evaristo de ( org. ). **Comte**. São Paulo, Ática, 1978. ( Col. Grandes Cientistas Sociais, 7 ). 208 pp.
- COMTE, Auguste. **Discurso sobre o espírito positivo**. Trad. Renato Barbosa Rodrigues Pereira e Ivan Lins, Porto Alegre, Globo-EDUSP, 1973. 130 pp.
- COMTE, Auguste. **Essais sur la philosophie des mathématiques**. Paris, Dunod, 1878. 55 pp.
- COMTE, Auguste. **Lettres d'Augusto Comte a Henry Edger et a M. John Metcalf**. Paris, Apostolat Positiviste, 1889. 44 pp.
- COMTE, Auguste. **Opúsculos de filosofia social**. Trad. Ivan Lins e João Francisco de Souza. Porto Alegre, Globo-EDUSP, 1972. 234 pp.
- COMTE, Auguste. **Pages choisies**; notice sur la vie et la doctrine de Comte et commentaires reliant les diverses morceaux par Roger Picard. Paris, Librairie Positiviste Georges Crès et Cie., 1912, 388 pp.
- COMTE, Auguste. **Pensées et préceptes**. ( recueillis par Georges Deherme ). Paris, Bernard Grasset, 1924. 370 pp.

- COMTE, Auguste. **Princípios de filosofia positiva**. São Paulo, Editorial Paulista, s/d. 178 pp.
- COMTE, Auguste. **Le prolétariat dans la société moderne** (textes choisies avec une introduction de R. Paula Lopes). Paris, Archives Positivistes, 1946. 276 pp.
- COMTE, Auguste. & AULARD, M. **A propos de la révolution: appréciation philosophique de l'assemblée constituante et de la convention**. Paris, Ernest Leroux, 1893. 117 pp.
- COMTE, Auguste. **Synthèse subjective ou système universel des conceptions propres à l'état normal de l'Humanité**. 2. éd. Paris, Fonds Typographique de l'exécution testamentaire d'Auguste Comte, 1900. Tome Premier (seul publié). 776 pp.
- COMTE, Auguste. **Système de politique positive ou Traité de sociologie instituant la religion de l'Humanité**. 3. ed. Paris, Larousse, 1890. 4 v.
- COMTE, Auguste. **Traité philosophique d'astronomie populaire**. 2. ed. Rio de Janeiro, Apostolat Positiviste du Brésil, 1893. 486 pp.
- CONSTANT, Benjamim. **O ideal republicano de Benjamim Constant**. Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Commercio, 1936. 320 pp.
- CONSTANT NETO, Benjamim. **Benjamim Constant**. Rio de Janeiro, Lenzinger, 1940. (Bibl. Militar, XXV). 220 pp.
- COUTO E SILVA, Golbery do. **Aspectos geopolíticos do Brasil**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1957. (Col. Taunay). 81 pp.
- COUTO E SILVA, Golbery do. **Geopolítica do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967. (Col. Documentos Brasileiros, 126). 268 pp.
- CRESSON, André. **Auguste Comte; sa vie, son oeuvre avec un exposé de sa philosophie**. Paris, PUF, 1941. (Col. Philosophes). 164 pp.
- CRUZ COSTA, João. **Contribuição à história das idéias no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967. (Col. Retratos do Brasil, 56, nº 1437). 460 pp.
- CRUZ COSTA, João. **Panorama da história da filosofia no Brasil**. São Paulo, Cultrix, 1960. (Col. Letras Brasileiras). 138 pp.
- CUNHA, Fernando Whitaker da. **Vicente Licínio Cardoso e Castilhos Goycochea**. Rio de Janeiro, Pongetti, 1971. 24 pp.

- CUNHA, Fernando Whitaker da & OLIVEIRA, D. Martins de. **Fala de barranqueiros**: orações pronunciadas no dia 19 de maio de 1970, no Palácio da Cultura. Rio de Janeiro, Pongetti, 1971. 42 pp.
- DÉVOLVÉ, Jean. **Réflexions sur la pensée comtienne**. Paris, Félix Alcan, 1932. ( Bibl. de Philosophie Contemporaine ). 322 pp.
- DUCASSÉ, Pierre. **Essai sur les origines intuitives du positivisme**. Paris, Félix Alcan, 1939. ( Bibl. de Philosophie Contemporaine ). 282 pp.
- DUCLOS, Pierre. **L'évolution des rapports politiques depuis 1750**. Paris, PUF, 1950. ( Bibl. de la Science Politique, première série ). 344 pp.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico** ( e outros textos ). Trad. Margarida Garrido Esteves e outros. São Paulo, abril, 1973. ( Os Pensadores, 33 ), pp. 373 – 459.
- DURKHEIM, Émile. **Sociologia**. Org. de José Albertino Rodrigues. Trad. Laura Natal Rodrigues. São Paulo, Ática, 1978. ( Grandes cientistas sociais, 1 ), 207 pp.
- DURKHEIM, Émile. **Sociologia e filosofia**. Trad. J. M. Toledo Camargo. Rio de Janeiro, Forense, 1970, 99 pp.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Trad. Lourenço Filho. 7. ed., São Paulo, Melhoramentos, 1967, 91 pp.
- DURKHEIM, Émile. **De la division du travail social**. 6. ed. Paris, Alcan, 1932. ( Bibl. de Philosophie Contemporaine ), 416 pp.
- DURKHEIM, Émile. **L'éducation morale**. Paris, Alcan, 1934. ( Bibl. de Philosophie Contemporaine ), 326 pp.
- DURKHEIM, Émile. **Leçons de sociologie: physique des mœurs et du droit**. Paris, PUF, 1950. ( Bibl. de Philosophie Contemporaine ), 259 pp.
- DURKHEIM, Émile. **Le suicide**. Paris, Alcan, 1897. ( Bibl. de Philosophie Contemporaine ), 462 pp.
- FRANÇA, Acácio. **Vicente Licínio Cardoso**; história de uma amizade. Rio de Janeiro, Papelaria Americana, 1931, 54 pp.
- FRANÇA, Acácio. **Em louvor das Américas; às bandeiras**, P. F. Sarmiento, Vicente Licínio Cardoso. Rio de Janeiro, Gráfica Sauer, 1944. 72 pp.

- FRANCE, Anatole. **Oeuvres**: Rabelais, Auguste Comte, Pierre Laffite; conférence prononcée a Rio de Janeiro ( 1909 ). Paris, Calman-Lévy, 1928. 332 pp.
- FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo, Edart, 1977. 136 pp.
- GADOTTI, Moacir. **L'éducation contre l'éducation**; l'oubli de l'éducation au travers de l'éducation permanente. Lausanne, Editions L'Age d'Homme, 1979. ( Trêse nº 81; Université de Genève ). 158 pp. Tradução portuguesa publicada pela Editora Paz e Terra, 1981.
- GEISEL, Ernesto. **Discursos: 1974**. Brasília, Assessoria de Imprensa e Relações Públicas, 1975, v. I. 200 pp.
- SANTOS, Joaquim da Silveira. **Augusto Comte**; aspectos de sua vida íntima; indicações sobre pontos capitais de sua obra. São Paulo, Igreja Positivista do Brasil, 1928. 168 pp.
- SECRETARIA-GERAL DO MEC. "Apresentação, política e estratégia de ação e objetivos", do **Plano setorial de educação e cultura do MEC ( 1975-1979 )**. In: GARCIA, Pedro Benjamin. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977. ( Série Educação em Questão ), 136 pp.
- SPENCER, Herbert: **First principles**. London, Willians e Norgate, 1918, 492 pp.
- SPENCER Herbert. **Essais sur le progrès**. 2. ed. Trad. A. Gurdeau. Paris, Alcan, 1886. ( Essais de morale, de science et d'esthétique, 1 ), 414 pp.
- SPENCER, Herbert. **Da educação moral, intelectual e física**. Porto, Livr. Ed. Tavares Cardoso e Irmão, 1903. 280 pp.
- SILVEIRA, Amaro da. **Monumento a Benjamim Constant Botelho de Magalhães**: fundador da República Brasileira. Rio de Janeiro, s/e., 1925. 14 pp.
- STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Trad. Ítalo Tronca, Rio de Janeiro, Artenova, 1975. 224 pp.
- STUART MILL, John. **Augusto Comte and positivism**. London, Ann Arbor Paper backs, 1961. 202 pp.
- STUART MILL, John. **Da liberdade**. Trad. E. Jacy Monteiro. São Paulo, Ibrasa, 1963. ( Clássicos da Democracia, 1 ). 130 pp.
- STUART MILL, John. **Considerações sobre o governo representativo**. Trad. E. Jacy Monteiro. São Paulo, Ibrasa, 1964. ( Clássicos da Democracia, 19 ). 236 pp.
- TAINÉ, Hippolyte Adolphe. **Les origines de la France Contemporaine**. 30. ed. Paris, Hachette, 1922, 12 v.

- TAINE, Hippolyte Adolphe. **Nouveaux essais de critique et d'histoire**. 4. ed. Paris, Hachette, 1886. 328 pp.
- TEIXEIRA MENDES, Raimundo. **As agitações políticas e a regeneração humana**; a propósito da próxima substituição presidencial. Rio de Janeiro, Templo da Humanidade, 1922. 238 pp.
- TEIXEIRA MENDES, Raimundo. **Ainda a verdade histórica acerca da instituição da liberdade espiritual no Brasil, bem como do conjunto da Organização Republicana Federal**; a propósito das afirmações do senador Ruy Barbosa, a esse respeito, no discurso proferido, no Senado Federal, a 20 de novembro de 1912. Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil, 1913. ( Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, 343. ) 100 pp.
- TEIXEIRA MENDES, Raimundo. **Discursos: 1975**. Brasília, Assessoria de Imprensa e Relações Públicas, 1976, v. II. 324 pp.
- GIANOTTI, José Artur. **John Stuart Mill: o psicologismo e a fundamentação da lógica**. São Paulo, Faculdade de Filosofia, 1964. ( Fac. de Fil., Ciências e Letras, Boletim nº 269, Filosofia, 5 ). 246 pp.
- GOUHIER, Henri. **Oeuvres choisies d'Auguste Comte**. Paris, Aubier-Montaigne, s/d. ( Bibl. Philosophique ). 320 pp.
- GRAHAN, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil: 1850 — 1914**. Trad. Roberto Machado de Almeida. São Paulo, Brasiliense, 1973. ( Col. Estudos Brasileiros ). 382 pp.
- GRIMANELLI, Pierre. **L'idéologie démocratique et la politique positive**. Paris, Revue Positiviste Internationale, 1922. 74 pp.
- GRUBER, R. P., s. j. **Auguste Comte, fondateur du positivisme**; sa vie-sa doctrine. Paris, P. Lethielleux, 1892. 344 pp.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Biografia de Luiz Pereira Barreto**. São Paulo, Typ. Henrique Grobel, 1915. 16 pp.
- GURGEL, José A. A. **Segurança e democracia**; uma reflexão política. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975. ( Col. Brasil em Questão ). 185 pp.
- HAUSEN, Ivan Zanoni. **Por que os militares?** Rio de Janeiro, Artenova, 1975. 216 pp.
- HUBERT, René. **Auguste Comte: choix de textes et étude du système philosophique**. Paris, Louis Michaud, s/d. ( Col. Les Grands Philosophes François et Étrangers ). 224 pp.

- IANNI, Octavio. **Imperialismo e cultura**. Petrópolis, Vozes, 1976. ( Col. Sociologia Brasileira, 5 ). 152 pp.
- LACROIX, Jean. **La sociologie d'Auguste Comte**. Paris, PUF, 1956. 116 pp.
- LAFFITE, Pierre. **Cours de philosophie première**. Paris, Bouillon, s/d. 2 v.
- LAFFITE, Pierre. **Cours de philosophie sur l'histoire générale de l'humanité: discours d'ouverture**. Paris, Dalmont et Dunod, 1859. 179 pp.
- LAFFITE, Pierre. **De la morale positive: sa nécessité actuelle, ses caractères fondamentaux et ses principales applications**. Havre, Leclerc, s/d. 219 pp.
- LAGARRIGUE, Luis. **Síntesis subjetiva o sistema universal de las concepciones propias al estado normal de la Humanidad; moral teórica: bosquejo del sistema de moral teórica projetado por el supremo maestro Augusto Comte**. Santiago de Chile, Fundación Juan Enrique Lagarrigue, 1943. 445 pp.
- LAGARRIGUE, Luis. **Síntesis subjetiva o sistema universal de las concepciones propias al estado normal de la Humanidad; industria: bosquejo del sistema de industria projetado por el supremo maestro Augusto Comte**. Santiago de Chile, Fundación Juan Enrique Lagarrigue, 1946. 272 pp.
- LE MOS, Miguel. **Cartas de M. Lemos a T. Mendes; 1<sup>o</sup> de novembro de 1879 a 31 de dezembro de 1980**. Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil, 1965. ( Col. Religião da Humanidade, 552 ). 237 pp.
- LESSA, Pedro. **O determinismo psychico e a imputabilidade e responsabilidade criminaes; memória apresentada ao Congresso Scientifico Latino-Americano**. São Paulo, Duprat, 1905. 146 pp.
- LESSA, Pedro. **Dissertações e polémicas**. Rio de Janeiro, Typ. do **Jornal do Comércio**, 1909. 362 pp.
- LESSA, Pedro. **Do poder judiciário**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1915. 442 pp.
- LESSA, Pedro. **Ponto de philosophia**, São Paulo, Typ. Espindola e Comp. 1907. 26 pp.
- LESSA, Pedro. **Discursos**. Rio de Janeiro, Officinas da Renascença – E. Bevilaqua e C., 1909. 82 pp.

- LESSA, Pedro. **Discurso de recepção do Sr. Alfredo Pujol. Discurso em resposta pelo Sr. Pedro Lessa.** São Paulo, Casa Editora "O livro", 1919. 84 pp.
- LESSA, Pedro. **É a história uma ciência?** São Paulo, Typ. da Casa Eclesiástica, 1900. 108 pp.
- LESSA, Pedro. **Estudos de philosophia do direito.** Rio de Janeiro, Typ. do **Jornal do Comércio**, 1912. 392 pp.
- LESSA, Pedro. **Discursos e conferências.** Rio de Janeiro, Typ. do **Jornal do Comércio**, 1916. 266 pp.
- LÉVY-BRÜHL, Lucien. **La philosophie d'Auguste Comte.** 4. ed. Paris, Félix Alcan, s/d. (Bibl. de Philosophie Contemporaine). 420 pp.
- LINS, Ivan. **Benjamim Constant (1836 – 1891)**; conferência realizada, a convite do Exmo. Sr. Ministro da Educação, no Instituto Nacional de Música, em comemoração do 1º centenário de Benjamim Constant. Rio de Janeiro, J. R. de Oliveira e Cia., 1936. 168 pp.
- LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil.** 2. ed. São Paulo, Nacional, 1967. (Col. Brasileira, 322). 708 pp.
- LITTRÉ, Maximilien Paul Émile. **Conservation, révolution et positivisme.** 2. ed. Paris, Lahure, 1979.
- LITTRÉ, Maximilien Paul Émile. **La science au point de vue philosophique.** 5. ed. Paris, Perrin, 1884. 562 pp.
- LITTRÉ, Maximilien Paul Émile. **M. Littré et le positivisme.** Paris, Hachette, 1883, 304 pp.
- LITTRÉ, Maximilien Paul Émile. **M. Littré et Auguste Comte.** Paris, Bailière, 1879. 244 pp.
- LUCCI, Elian Alabi. **Trabalho dirigido de moral e cívica;** São Paulo, Sarai-va, 1978. 2 v.
- MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial;** o homem unidimensional. 4. ed. Trad. Giasone Rebuá. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. 240 pp.
- MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução;** Hegel e o advento da teoria social. Trad. Marília Barroso. Rio de Janeiro, Saga, 1969. (Col. Idéias e fatos contemporâneos, 22). 418 pp.

- MEIRA MATTOS, Carlos de. **A geopolítica e as projeções do poder**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977. ( Col. Documentos Brasileiros ) 148 pp.
- MEIRA MATTOS, Carlos de. **Brasil: geopolítica e destino**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975. ( Col. Documentos Brasileiros ). 110 pp.
- MCNAMARA, Robert. **A essência da segurança**; reflexões de um secretário de defesa dos Estados Unidos. Trad. Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo, Ibrasa, 1968. 200 pp.
- MILHAUD, Gaston. **Le positivisme et le progrès de l'esprit**. Paris, Félix Alcan, 1902. ( Col. Études critiques sur Auguste Comte ). 210 pp.
- MORAES FILHO, Evaristo de. **Augusto Comte e o pensamento sociológico contemporâneo**. Rio de Janeiro, Livr. São José, 1957. 240 pp.
- MORAES FILHO, Evaristo de. ( org. ). **Comte**. São Paulo, Ática, 1978. ( Col. Grandes Cientistas Sociais, 7 ). 208 pp.
- MORAES FILHO, Evaristo de. **"O ensino da filosofia no Brasil"**. In: **Decimalia**. Rio de Janeiro, MEC-Biblioteca Nacional, 1959. 28 pp.
- NEIVA, Álvaro. **Educação moral e cívica e as instituições extraclases**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1972. ( Col. Didática Dinâmica; Série Educação Moral e Cívica ). 138 pp.
- NEIVA, Venâncio F. **Benjamim Constant**; conferência realizada no salão nobre de **A Gazeta**, em São Paulo, a 19 Moisés de 164 – 19 de janeiro de 1952. Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil, 1952. 24 pp.
- NUNES, Reginaldo. **À margem da política positiva**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1940. 256 pp.
- OLIVEIRA FILHO, Benjamim. **A filosofia social de Augusto Comte**. Rio de Janeiro, Haddad, 1954, 310 pp.
- OLIVEIRA, Eliêzer Rizzo de. **As forças armadas: política e ideologia no Brasil ( 1964 – 1969 )**. Petrópolis, Vozes, 1976. ( Col. Sociologia Brasileira, 6 ). 136 pp.
- PAIM, Antônio. **História das idéias filosóficas no Brasil**. 2. ed. São Paulo, Grijalbo-EDUSP, 1964. ( Col. História das Idéias no Brasil ). 432 pp.
- PEREIRA, Luís Carlos Bresser. **Estado e subdesenvolvimento industrializado**; esboço de uma economia política periférica. São Paulo, Brasiliense, 420 pp.

- PEREIRA, Luís Carlos Bresser. **Tecnoburocracia e contestação**. Petrópolis, Vozes, 1972 ( Col. Contracultura, 3 ). 308 pp.
- POULANTZAS, Nicos. **Sobre el estado capitalista**. Trad. Maria T. Puyrazán e Jorge Solé Tura. Barcelona, Laia, 1977. 152 pp.
- PRADO, Eduardo. "O Dr. Barreto e a Ciência". In: **Collectaneas**, IV. São Paulo, Escola Typográfica Salesiana, 1909. 280 pp.
- REALE, Miguel. **Filosofia em São Paulo**. 2. ed. São Paulo, Grijalbo – EDUSP, 1976 ( Col. História das Idéias no Brasil ). 178 pp.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **II Plano nacional de desenvolvimento ( 1975 – 1979 )**. Brasília, IBGE, 1974. 152 pp.
- ROMERO, Sylvio. **Obra filosófica**. Rio de Janeiro, José Olympio – EDUSP, 1969. ( Col. Documentos Brasileiros, 139 ). 716 pp.
- ROSZAK, Theodore. **A contracultura**. 2. ed. Trad. Donaldson M. Carschagem. Petrópolis, Vozes, 1972. 304 pp.
- SALES, Alberto. **Catecismo republicano**. São Paulo, Leroy King Boowalter, 1885. pp. 167 – 206. In: VITA, Luís Washington. **Alberto Sales, ideólogo da República.**, São Paulo, Nacional, 1965 ( Col. Brasileira, 307 ). 206 pp.
- SALES, Alberto. **Ensaio sobre a moderna concepção do direito**. São Paulo, Typ. da Província, 1885. 274 pp.
- SALES, Alberto. **Estudo crítico sobre a disciplina e organização partidária**; conferência feita na noite de janeiro de 1888 no Club Republicano. Campinas, Typ. a vapor da **Gazeta de Campinas**, 1888. 28 pp.
- SALES, Alberto. **A pátria paulista**. Campinas, Typ. a vapor da **Gazeta de Campinas**, 1887. 302 pp.
- SALES, Alberto. **Política republicana**. Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger e Filhos, 1882, 2 v. 578 pp.
- SALES, Alberto. **Sciência política**. São Paulo, Teixeira e Irmão, 1891. 308 pp.
- SCHOOYANS, Michel. **Destin du Brésil**. Gembloux, J. Duculot, 1973 ( Col. Sociologie Nouvelle-Situations, 6 ). 232 pp.
- SCHOOYANS, Michel. **A Bandeira Nacional**. Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil, 1958. ( Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, 110 ). 60 pp.

- SCHOOYANS, Michel. **Benjamim Constant**; esboço de uma apreciação sintética da vida e obra do fundador da República brasileira, 1<sup>o</sup> vol. Esboço biográfico. 2. ed. Rio de Janeiro, Apostolado Positivista do Brasil, 1913. 812 pp.
- SCHOOYANS, Michel. **Benjamim Constant**; esboço de uma apreciação sintética da vida e obra do fundador da República brasileira . 2<sup>o</sup> v.: peças justificativas. Rio de Janeiro, Apostolado Positivista do Brasil, 1894. 344 pp.
- SCHOOYANS, Michel. **A comemoração cívica de Benjamim Constant e a liberdade religiosa**. Rio de Janeiro, Templo da Humanidade, 1892. 95 pp.
- SCHOOYANS, Michel. **O culto católico**. Rio de Janeiro, Templo da Humanidade, 1903. 22 pp.
- SCHOOYANS, Michel. **A harmonia mental**; sumárias indicações acerca da theoria positiva dos estados cerebrais denominados razão, loucura, alienação e idiotismo, segundo Augusto Comte. 2. ed. São Paulo, Apostolado Positivista do Brasil, 1898 ( Col. Religião da Humanidade, 30. ) 47 pp.
- SCHOOYANS, Michel. **A Igreja e o apostolado positivista do Brasil**; seu passado, seu porvir, seu presente na hora da transformação de Miguel Lemos. Rio de Janeiro, Templo da Humanidade, 1917. 83 pp.
- SCHOOYANS, Michel. **Uma lição de abstracção theorica**. São Paulo, Varnorden, 1911. 65 pp.
- SCHOOYANS, Michel. **A mulher**; sua proeminência social e moral, segundo os ensinamentos da verdadeira ciência positiva. Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil, 1908. ( Col. Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, 273 ). 158 pp.
- SCHOOYANS, Michel. **A mystificação democrática e a regeneração social**. Rio de Janeiro, Templo da Humanidade, 1906. 70 pp.
- SCHOOYANS, Michel. **La philosophie chimique d'après Auguste Comte**. Rio de Janeiro, Siege du Centre Positiviste, 1887, v. XX. 251 pp.
- SCHOOYANS, Michel. **O positivismo e o recurso às insurreições**. Rio de Janeiro, Templo da Humanidade, 1906. 118 pp.
- SCHOOYANS, Michel. **O sacramento da transformação e a harmonia religiosa**. Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil, 1923. ( Col. Religião da Humanidade, 4 ). 150 pp.

- SCHOOYANS, Michel. **As últimas concepções de A. Comte ou ensaio** de um complemento ao catecismo positivista. Igreja Positivista do Brasil, 1898. ( Col. Apostolado Positivista do Brasil, 175 ). 592 pp.
- SCHOOYANS, Michel. **A venerada memória da Senhora D. Maria Joaquina da Costa Botelho Magalhães**. Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil, 1921. 95 pp.
- TOBIAS, José Antônio. **História das idéias estéticas no Brasil**. São Paulo, Grijalbo – EDUSP, 1967. ( Col. História das Idéias no Brasil ). 206 pp.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. **História das idéias religiosas no Brasil**. São Paulo, Grijalbo – EDUSP, 1968. ( Col. História das Idéias no Brasil ). 326 pp.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. **O positivismo no Brasil**. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1957. 280 pp.
- TRINDADE, Liana S. **As raízes ideológicas das teorias sociais**. São Paulo, Ática, 1978. ( Col. Ensaios, 40 ). 168 pp.
- VERGEZ, André & HUISMAN, Denis. **A história dos filósofos ilustrada pelos textos**. 2. ed. Trad. Lélia de Almeida Gonzales, Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1972. 448 pp.
- VIEIRA, R. A. Amaral. **Intervencionismo e autoritarismo no Brasil**. São Paulo, Difel, 1975. 272 pp.
- VITA, Luís Washington. **Alberto Sales, ideólogo da República**. São Paulo, Nacional – EDUSP, 1965. ( Col. Brasileira, 327 ). 206 pp.
- VITA, Luís Washington. **Panorama da filosofia no Brasil**. Porto Alegre, Globo, 1969. ( Col. Catavento; Série Universitária ). 152 pp.
- WIEDEMANN, Luiz Felipe da S. ( coord. ). **Brasil: realidade e desenvolvimento**. 2. ed. São Paulo, Sugestões Literárias, 1973. 560 pp.
- ZAMORA, Francisco. **La sociedad economica moderna: capitalismo, planeación y desarrollo**. 2. ed. México, Fondo de Cultura Econômica, 1970. ( Sección de Obras de Economía ). 292 pp.

#### NOTAS

- (1) O presente estudo é a síntese de uma tese de mestrado apresentada na PUCSP.
- (2) Nicola ABBAGNANO, *História da filosofia*, v. X, p. 168.
- (3) *Ibid.*, p. 168.
- (4) Cf. Henri GOUIER, *Oeuvres choisies d'Auguste Comte*, p. 10.
- (5) Augusto COMTE, *Discurso sobre o espírito positivo*, p. 16.

- (6) Cf. **Ibid.**, p. 17.
- (7) Cf. **Ibid.**, p. 19.
- (8) Cf. **Ibid.**, p. 20.
- (9) Cf. **Ibid.**, p. 21.
- (10) A. Comte, **Catecismo positivista**, p. 302.
- (11) Cf. A. COMTE, **Discurso sobre o espírito positivo**, p. 26.
- (12) Cf. **Ibid.**, p. 33.
- (13) Cf. **Ibid.**, p. 45.
- (14) Cf. **Ibid.**, p. 26 — 27.
- (15) Cf. **Ibid.**, p. 30.
- (16) **Ibid.**, p. 45.
- (17) Pierre ARNAUD, **Pour connaître la pensée de Auguste Comte**, p. 297.
- (18) A. COMTE, **Opúsculos de filosofia social**, p. 146.
- (19) A. COMTE, **Catecismo positivista**, p. 130.
- (20) Cf. **Ibid.**, p. 224.
- (21) **Ibid.**, p. 226.
- (22) A. COMTE, **Opúsculos de filosofia social**, p. 108.
- (23) A. COMTE, **Cours de philosophie positive**, avertissement, XIV.
- (24) A. COMTE, **Système de politique positive**, t. IV, p. 207.
- (25) A. COMTE, **Traité philosophique d'astronomie populaire**, XV.
- (26) A. COMTE, **Cours de philosophie positive**, t. IV, p. 185.
- (27) Henri GOUHIER, **Oeuvres choisies**, p. 15.
- (28) A. COMTE, **Cours...**, t. IV, p. 186.
- (29) Henri GOUHIER, **Oeuvres...**, p. 23 — 24.
- (30) **Ibid.**, p. 24.
- (31) Cf. **Ibid.**, p. 27.
- (32) A. COMTE, **Système...**, t. I, p. 361.
- (33) **Ibid.**, t. I, p. 207.
- (34) **Ibid.**, t. I, p. 319.
- (35) Cf. Paul ARBOUSSE-BASTIDE, **La doctrine de l'éducation universelle dans la philosophie d'Auguste Comte**, v. 2, p. 599.
- (36) **Ibid.**, p. 628.
- (37) Roque Spencer M. de BARROS, **Ensaio sobre educação**, p. 147.
- (38)
- (39) A. COMTE, **Système...**, t. I, p. 152.
- (40) **Ibid.**, t. III, p. 58.
- (41) Émile LITTRÉ, **Fragments de philosophie positive et de sociologie contemporaine**, p. 5 — 6.
- (42) **Ibid.**, p. 47.
- (43) Cf. Vamireh CHACON, **História das idéias sociológicas no Brasil**, p. 61 ss.
- (44) Cf. Émile DURKHEIM, **Educação e sociologia**, pp. 81 — 82.
- (45) Cf. Ivan LINS, **História do positivismo no Brasil**, p. 48.
- (46) Cf. Evaristo de MORAES FILHO, "O ensino da filosofia no Brasil", in: **Decimália**, p. 3.
- (47) Cf. **Ibid.**, pp. 8 — 9.
- (48) Cf. **Ibid.**, p. 10.
- (49) Cf. João CRUZ COSTA, **Contribuição à história das idéias no Brasil**, p. 370.
- (50) Vamireh CHACON, **História das idéias...**, p. 24.
- (51) Cf. **Ibid.**, p. 24 ( nota ).
- (52) Cf. Ivan LINS, **História do...**, p. 528.
- (53) Roque S. M. de BARROS, **A evolução do pensamento de Pereira Barreto**, p. 244.
- (54) **Ibid.**, p. 11.
- (55) **Ibid.**, pp. 12 — 13.

- (56) Cf. J. Camilo O. TORRES, *História das idéias religiosas no Brasil*, p. 113.
- (57) Cf. Lúcia ACERBONI, *A filosofia contemporânea no Brasil*, p. 28.
- (58) Luís W. VITA, *Alberto Sales, ideólogo da República*, p. 6.
- (59) *Ibid.*, p. 6.
- (60) Luís W. VITA, *Panorama da filosofia no Brasil*, p. 79.
- (61) Cf. Luís W. VITA, *Alberto Sales...*, p. 7.
- (62) Cf. *Ibid.*, p. 7.
- (63) Ivan LINS, *História do...*, p. 11.
- (64) F. IGLESIAS, "Estudo sobre o pensamento reacionário: Jackson de Figueiredo", *apud* L. W. VITA, *Alberto Sales...*, pp. 11 – 12.
- (65) Cf. L. W. VITA, *Panorama...*, p. 81.
- (66) *Ibid.*, pp. 81 – 82.
- (67) Cf. Miguel LEMOS, *Cartas de M. Lemos a T. Mendes*, VI.
- (68) Cf. R. T. MENDES, *A Bandeira Nacional*, p. 9.
- (69) R. T. MENDES, *A mulher*, p. 11.
- (70) Cf. *Ibid.*, p. 148.
- (71) R. T. MENDES, *Uma lição de abstracção teórica*, p. 61.
- (72) Cf. R. T. MENDES, *Igreja e Apostolado positivista do Brasil*, p. 51.
- (73) Cf. R. T. MENDES, *A harmonia mental*, p. 40.
- (74) Cf. Ivan LINS, *História do...*, p. 289.
- (75) Cf. *Ibid.*, p. 290.
- (76) Cf. *Ibid.*, pp. 293 – 294.
- (77) Cf. L. W. VITA, *Alberto Sales...*, p. 50.
- (78) Alberto SALES, *A pátria paulista*, p. 57.
- (79) Cf. Alberto SALES, *Ensaio sobre a concepção moderna do direito*, p. 84 e 91.
- (80) J. A. TOBIAS, *História das idéias estéticas no Brasil*, p. 80.
- (81) Cf. V. Licínio CARDOSO, *à margem da história do Brasil*, p. 88.
- (82) Cf. V. Licínio CARDOSO, *Pensamentos brasileiros*, p. 246.
- (83) V. Licínio CARDOSO, *O ensino que nos convém*, p. 19.
- (84) Cf. F. Whitaker da CUNHA, *Fala de barranqueiros*, p. 18.
- (85) L. W. VITA, *Panorama...*, p. 77.
- (86) Cf. Ivan LINS, *História do...*, p. 51.
- (87) Roque S. M. de BARROS, *A evolução do pensamento de Pereira Barreto*, p. 129.
- (88) *Ibid.*, p. 33.
- (89) Cf. Luís Pereira BARRETO, *Obras filosóficas*, v. 1, p. 65.
- (90) Cf. Miguel REALE, *Filosofia em São Paulo*, p. 152.
- (91) *Ibid.*, p. 153.
- (92) Cf. Pedro LESSA, *Dissertações e polémicas*, p. 206.
- (93) Cf. Pedro LESSA, *Ponto de philosophia*, p. 23.
- (94) Cf. *Ibid.*, p. 25.
- (95) Cf. Pedro LESSA, *Discursos*, p. 8.
- (96) Cf. Ivan LINS, *História do...*, p. 236.
- (97) Cf. *Ibid.*, p. 348.
- (98) Cf. Ivan LINS, *Benjamim Constant*, p. 70.
- (99) *Coleção de Pactos de Sangue e Mensagens* ( recebidas por Benjamim Constant ), doc. nº 3, data: 26 de outubro de 1889, p. 55.
- (100) *Ibid.*, p. 55.
- (101) Ivan LINS, *História do...*, p. 576.
- (102) *Ibid.*, p. 578.
- (103) Cf. *Ibid.*, pp. 583 – 584.
- (104) *Ibid.*, p. 584.
- (105) Cf. *ibid.*, p. 584.

- (106) Cf. *Ibid.*, pp. 584 – 585.
- (107) Cf. *Ibid.*, p. 585.
- (108) Michel SCHOOTYANS, *Destin du Brésil*, p. 33.
- (109) *Ibid.*, p. 33.
- (110) Cf. *Ibid.*, p. 30.
- (111) Cf. Joseph COMBLIN, *A ideologia da segurança nacional*, p. 31.
- (112) Cf. Alfred STEPAN, *Os militares na política*, p. 130.
- (113) Golbery do Couto e SILVA, *Geopolítica do Brasil* p. 226.
- (114) Antônio Carlos BERGO, *O positivismo como superestrutura ideológica no Brasil e sua influência na educação*, p. 140.
- (115) Cf. Carlos MEIRA MATTOS, *A geopolítica e as projeções do poder*, p. 28.
- (116) Carlos de MEIRA MATTOS, *Brasil: geopolítica e destino*. p. 3.
- (117) *Ibid.*, p. 5.
- (118) Cf. Antônio Carlos BERGO, *O positivismo como superestrutura ideológica no Brasil e sua influência na educação*, p. 144.
- (119) Nicos POULANTZAS, *Sobre el estado capitalista*, p. 11.
- (120) Theodore ROSZAK, *A contracultura*, p. 23.
- (121) *Ibid.*, p.
- (122) *Ibid.* p. 24.
- (123) Cf. L. C. Bresser PEREIRA, *Tecnoburocracia e contestação*, p. 78.
- (124) Cf. *Ibid.*, p. 81.
- (125) F. ZAMORA, *La sociedad económica moderna: capitalismo, planeación y desarrollo*, p. 144.
- (126) Cf. R. A. A. VIEIRA, *Intervencionismo e autoritarismo no Brasil*, p. 106 – 107.
- (127) A. COMTE, *Discours sur l'esprit positif*, p. 75.
- (128) Cf. República Federativa do Brasil, *II PND* p. 135.
- (129) L. C. Bresser PEREIRA, *Estado e subdesenvolvimento industrializado*, p. 327.
- (130) Ivan LINS, *História do...* p. 527.
- (131) Cf. *Ibid.*, p. 528.
- (132) Cf. *Ibid.*, p. 401.
- (133) Miguel REALE, "Posição de Rui Barbosa no mundo da Filosofia", *apud ibid.*, p. 402.
- (134) Cf. *Ibid.*, p. 402 ss.
- (135) Cf. Lei nº 4024/61, *tít. I*, in: *A reforma do ensino*, p. 5.
- (136) Cf. Moacir GADOTTI, *L'éducation contre l'éducation* p. 75.
- (137) Cf. *Ibid.*, p. 76.
- (138) Cf. CFE, Parecer 853/71, In: *A reforma...*, p. 88 – 89.
- (139) A. COMTE. *Pages choisies*, p. 278.
- (140) *Ibid.*, p. 125.
- (141) L. C. Bresser PEREIRA, *O Estado e o subdesenvolvimento industrializado*, p. 194.
- (142) Resolução "N" 5/73, in: *A reforma...*, p. 179.
- (143) Decreto 68.065/71, in: *A reforma...*, p. 48.
- (144) Cf. Moacir A. Lopes, "A educação moral e cívica no Brasil: perspectivas atuais", in: Luiz Felipe da S. WIEDEMAN, *Brasil: realidade e desenvolvimento*, p. 10.
- (145) Cf. Bárbara FREITAS, *Escola, Estado e sociedade*, p. 117.
- (146) Fernando H. CARDOSO & Enzo FALETTO, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, p. 132.
- (147) Franz J. HINKELAMMERT, "O credo econômico da comissão trilateral", p. 85.
- (148) Cf. Octavio IANNI, *Imperialismo e cultura*, p. 53.
- (149) Secr.-Geral do MEC, "Apresentação, política e estratégia de ação e objetivos do Plano setorial da educação e cultura do MEC ( 1975 – 79 )", in: Pedro B. GARCIA, *Educação: modernização ou dependência ?* p. 155.
- (150) Cf. *Ibid.*, p. 120.